

Capítulo III

NAS TEIAS DO CRÉDITO

Ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e nove, aos vinte e oito dias do mês de maio, apresentou-se no cartório da Comarca de Estância, José da Costa Lisboa, negociante da praça de Estância para mover Ação de Libelo Cível contra Gonçalo Marques da Cruz, proprietário do Engenho Cutovelo, localizado no termo de Estância, o qual lhe acusa de ter tomado emprestado a quantia de 920\$000, comprometendo-se a pagar a primeira parcela (220\$000) no prazo de cinco meses com uma caixa de açúcar pelo preço corrente em 16 de agosto do ano de mil oitocentos e sessenta e sete e 700\$000 em moeda com 30 dias. Entretanto, passaram-se anos e dito proprietário não manifestou interesse de cumprir com o seu compromisso, sendo calculado juros de 2% ao mês para a primeira parcela e 1% para a segunda, totalizando a quantia de 1:853\$000.¹⁸³

Essa ação judicial atesta um dos problemas que mais afligiam a economia brasileira no século XIX, a escassez fiduciária, tendo por consequência a corrida ao crédito personalizado e o pagamento em gêneros agrícolas.

A escassez monetária não era um problema novo enfrentado pela economia brasileira. Fez-se presente desde os primeiros anos da colonização prolongando-se até o último quartel do oitocentos, mesmo quando foram criadas as primeiras instituições bancárias responsáveis pela emissão de moedas.

Essa deficiência de moedas estendia-se por toda colônia, mesmo nas capitâneas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e região mineradora, bem como a metrópole que alegava a falta de prata em seus domínios. Durante a União Ibérica, a carência metálica do Brasil foi suprida pela prata vinda das colônias espanholas na América, entretanto, com a restauração da monarquia lusitana (1640), as colônias espanholas continuaram remetendo prata para o Brasil

¹⁸³ AGJES – Ação Libelo Cível nº 04 Caixa 27 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1869.

mediante contrabando, não sendo este fornecimento suficiente para suprir a necessidade de metais, tanto na colônia como na metrópole.¹⁸⁴

Com a descoberta de metais preciosos na colônia no final do século XVII, o problema da falta de material para a confecção de moedas poderia então ser solucionado, contudo mesmo nas áreas de produção aurífera, a exemplo de Minas Gerais, a escassez de moedas permaneceu contundente.¹⁸⁵

Ao estudar as fortunas das famílias soteropolitanas do período setecentista através dos inventários *post-mortem*, Maria José Mascarenhas observou a constante presença de utensílios de prata entre os bens arrolados, o que se contrapõe a essa visão de insuficiência de prata na América Portuguesa para a confecção de moedas. Segundo Mascarenhas, “*O grande valor da prata estimulava o seu entesouramento, era guardada como bem de valor de reserva, além disso, os objetos de prata continham valor de status e prestígio, tão almejados na sociedade daquela época.*”¹⁸⁶

Durante o auge da atividade mineratória, a Coroa Portuguesa impôs algumas medidas objetivando aumentar a arrecadação de ouro. Proibiu em 1725 a circulação de ouro em pó e, cinco anos depois, proibiu a cunhagem de moedas em ouro. Tal proibição forçou a cunhagem de metais menos nobres. O que comprova a tendência de entesouramento do ouro extraído no Brasil. Segundo Júnia Furtado, o entesouramento do ouro favoreceu a proliferação de um sistema de empréstimos e de compras a prazo.¹⁸⁷

¹⁸⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.178.

¹⁸⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 121.

¹⁸⁶ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Dinheiro de contado e crédito na Bahia do século XVIII*, p.3 (Artigo não publicado).

¹⁸⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 122.

Na tentativa de remediar essa situação de penúria metálica, que se refletia principalmente no bom desempenho das atividades comerciais, os moradores da colônia utilizavam como alternativas de pagamento o escambo (troca de mercadorias) e o crédito.

No comércio internacional, em especial, na compra de escravos africanos, alguns produtos como o zimbo,¹⁸⁸ a mandioca, o tabaco, a cachaça e o açúcar assumiram medidas de valor em mil-réis sendo utilizados como moedas na troca por escravos africanos, pois “*na falta de numerários no Brasil, as caixas de açúcar se permutam por africanos*”.¹⁸⁹

Já no comércio interno, conforme observou Alcântara Machado para o século XVII, “*carnes, galinhas e panos de algodão*” eram moedas correntes no Brasil colonial, justificando que os poucos numerários que existiam estavam nas mãos dos afortunados ou nos cofres dos órfãos.¹⁹⁰

Para amenizar essa carência fiduciária, a Coroa Portuguesa instituiu em 1695 uma política monetária que consistiu, entre outras estratégias na criação da casa da moeda no Rio de Janeiro e de uma filial na cidade de Salvador, que foram responsáveis pela cunhagem de moedas que circularam na colônia até 1808, quando D. João VI criou o Banco do Brasil.¹⁹¹

Objetivando impedir a transferência dos parques numerários coloniais para a metrópole via o comércio de açúcar, as moedas cunhadas no Brasil tinham menor valor que as utilizadas em Portugal, contudo “*essa providência não teve sucesso porque logo que diminuiu a demanda de açúcar brasileiro, as companhias de Lisboa determinaram a seus agentes que vendessem moeda, e não açúcar.*”¹⁹² Desse modo, o comércio monetário entre colônia e metrópole era mais rentável

¹⁸⁸ Tipo de concha (búzio) que era trocado por escravos. ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 274.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 37.

¹⁹⁰ ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte de bandeirante*. São Paulo: Martins, 1972, p.133.

¹⁹¹ ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 346.

¹⁹² RUSSEL-WOOD, A. J. L. *Fidalgos e Filantropos*. Brasília: Editora da UNB, 1981, p 53.

que o comércio do açúcar, mesmo que tal atitude prejudicasse o bom funcionamento da economia colonial.

A falta de moedas chegou a ser apontada por Russel-Wood como um dos motivos para a crise da economia baiana no século XVIII, mesmo com a criação da filial da Casa da Moeda em Salvador, as moedas circulantes continuaram insuficientes para atender as necessidades do comércio baiano. As poucas moedas que circulavam na Bahia eram retidas pelos fazendeiros de gado do Piauí e do Maranhão, bem como pelos garimpeiros da região de Minas Gerais e Jacobina, os quais preferiam receber os pagamentos dos negócios efetuados em dinheiro, em vez de mercadorias, enquanto aos senhores de engenho não restava outra opção senão pagar seus débitos com safras de açúcar.¹⁹³

Neste cenário de falta de dinheiro de contado¹⁹⁴ para efetuarem os pagamentos, os senhores de engenho permutavam com os negociantes seus gêneros agrícolas com os produtos vendidos pelos negociantes, consolidando assim o sistema de trocas de mercadorias, escambo, uma prática corriqueira na economia colonial.

Apesar do pleno funcionamento das Casas da Moeda, no Rio de Janeiro e na cidade da Bahia, desde o final do seiscentos, a circulação monetária no interior do Brasil continuou deficiente. Com a chegada de D. João VI ao Brasil, houve uma tentativa de reestruturação da política monetária brasileira, sendo a primeira iniciativa a criação do Banco do Brasil em 1808, que ficou responsável pela emissão de moedas até 1829. Com essa medida, o príncipe-regente

¹⁹³ Ibidem, p. 76

¹⁹⁴ Dinheiro líquido em mão. MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, p. 185.

buscou centralizar a emissão de monetária, tentando controlar e minimizar a falsificação deste meio de troca.¹⁹⁵

Após a independência do Brasil, o Banco do Brasil instituiu como únicas formas de moedas aceitas no país as cunhadas em cobre ou o papel-moeda, o que não impediu a circulação de moedas de cobres falsas em Salvador em 1827 e em Estância(1834).¹⁹⁶

Com a liquidação do primeiro Banco do Brasil em 1829, devido à política inflacionária que impossibilitou o seu funcionamento, a emissão voltou a ser feita pelo Tesouro. Após a iniciativa frustrada de consolidar um sistema bancário no Brasil, o país ficou sem a presença de instituições bancárias entre 1830 a 1836, o que em muito prejudicava a agro-exportação, a economia local e o comércio.¹⁹⁷

A partir de 1836, por iniciativa de particulares, foram organizadas instituições bancárias, com a finalidade de emitir vales bancários e organizar o sistema de crédito. Esses bancos tiveram como sede as principais praças do país, o primeiro destes foi o Banco do Ceará (1836) com capital de 60:000\$000, destinado a fomentar a economia local, entretanto foi liquidado em 1839. No Rio de Janeiro, foi criado o Banco Comercial do Rio de Janeiro (1838), com capital de 5.000 contos de réis, que efetuava amplas operações como: depósitos, adiantamentos de dinheiro, descontos de letras de câmbio e depósitos a prazo.¹⁹⁸

A inexistência de uma política bancária estatal consolidada, aliada a necessidade de sanar as deficiências monetárias, favoreceu a entrada dos bancos particulares na cena financeira do Brasil oitocentista. Contando com o incentivo governamental, as instituições bancárias

¹⁹⁵ PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 39.

¹⁹⁶ APES – Câmaras municipais, pacote 19, 1834.

¹⁹⁷ PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p 33.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p 57.

particulares das províncias, receberam em 1839, autorização para emitirem moedas, a fim de resolver um problema secular da economia brasileira: a carência monetária. Destarte, a política de emissão de moedas durante o período imperial oscilou entre a feita pelo Banco do Brasil ou Tesouro Nacional e a realizada por bancos particulares.

Em 1845, foi criado na cidade de Salvador, o Banco Comercial da Bahia, que emitia letras e vales pagáveis ao portador, a prazo não superior a dez dias e com valor não inferior a 100\$000.¹⁹⁹

Outro banco de atuação muito importante para o fomento das atividades mercantis na praça baiana foi a Caixa Econômica da Bahia (1834), que recebia depósitos em pequenas quantias resultantes de atividades comerciais.

Temos no período imperial o crescimento da atuação dos bancos particulares que entre outras funções realizavam operações de depósitos em moedas, jóias, ouro e ações; adiantamento de dinheiro, desconto de letras de câmbios e outros papéis comerciais, empréstimos com base em moeda, vales e depósitos a prazo.²⁰⁰

Essa crescente atuação dos bancos no cenário oitocentista favoreceu a acumulação de poupanças, geradas, em parte, pelo capital residente deixado pelo fim do tráfico internacional de escravos e do fomento das atividades mercantis.

Após a criação dos estabelecimentos bancários na cidade da Bahia, alguns negociantes afortunados de Estância, que corresponde a 6% dos negociantes inventariados, recorreram a estes bancos para guardar parte de suas fortunas, investindo em depósitos em dinheiro ou na compra de ações. Os bancos de suas preferências como podemos verificar no

¹⁹⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 270.

²⁰⁰ PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 58.

Quadro abaixo eram: Sociedade do Comércio da Bahia, Banco da Bahia, Caixa Econômica da Bahia, Banco Mercantil da Bahia e Caixa Hipotecária da Bahia. As somas em depósitos bancários totalizavam 2:001\$000, enquanto as ações 47.200 contos de réis.

Quadro 3.1
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Ações e depósitos bancários entre
Negociantes da Praça de Estância

| Ano ¹ | Negociantes | Ações | Depósitos | Bancos |
|------------------|--------------------------------------|-------------|------------|--------------------------------|
| 1859 | José Maria Gomes de Souza | - | 2:001\$000 | Caixa Econômica da Bahia |
| 1861 | Ana Francisca da Conceição Magalhães | 3:800\$000 | - | Sociedade do Comércio da Bahia |
| 1861 | Ana Francisca da Conceição Magalhães | 2:200\$000 | - | Banco Cidade da Bahia |
| 1862 | Joana Rodrigues Dantas Oliveira | 1:200\$000 | - | Sociedade do Comércio da Bahia |
| 1881 | Maria Antônia de Magalhães Ribeiro | 8:000\$000 | - | Banco Cidade da Bahia |
| 1881 | Maria Antônia de Magalhães Ribeiro | 13:000\$000 | - | Banco Mercantil da Bahia |
| 1881 | Maria Antônia de Magalhães Ribeiro | 17:000\$000 | - | Sociedade do Comércio da Bahia |
| 1881 | Maria Antônia de Magalhães Ribeiro | 2:000\$000 | - | Caixa Hipotecária da Bahia |

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

¹ O ano refere-se ao da abertura do inventário *post-mortem*.

Como podemos observar no Quadro acima 75% dos negociantes que investiam em operações bancárias pertenciam ao sexo feminino. O que poderia justificar a presença de tais aplicações nas fortunas destas mulheres? Podemos induzir que as transformações impostas pela lei de extinção do tráfico internacional de escravos e a Lei de Terras, ambas de 1850, associadas à crise econômica sofrida pela Província de Sergipe a partir de 1855, caracterizada pelas sucessivas secas, epidemia de *cólera-morbus*, perda das safras e dos rebanhos, refletiram no modo de se conceber a riqueza. Talvez, estas mulheres buscaram evitar os riscos oferecidos pelas atividades produtivas, bem como na aquisição de escravos, desse modo, procuravam investimentos que pudessem assegurar suas fortunas, sendo preferida a aquisição de ações bancárias.

A consolidação e proliferação dos estabelecimentos bancários no Brasil, teve também como consequência a organização do sistema de crédito oficial, destinado a financiar as

atividades agro-exportadoras e mercantis. Este serviço que outrora era efetuado pelas grandes casas comerciais, as chamadas Casas Aviadoras, que recebiam como pagamento produtos das safras, passou a ser exercido pelos bancos, que emitiam vales bancários para os proprietários interessados nos empréstimos, que davam como garantia de pagamento seu patrimônio.

Vale salientar, que essa modalidade de crédito só favoreceu às classes produtoras e mercantis, enquanto as classes menos favorecidas continuaram tomando empréstimos a terceiros, no comércio paralelo de crédito.²⁰¹

Na ausência de um sistema de crédito oficial e de um sistema bancário, que atendessem a todos, os agentes de financiadores continuaram sendo exercidos pelas grandes casas comerciais e irmandades religiosas. Em Sergipe, irmandades religiosas, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão e a Ordem Terceira de São Francisco de Assis, também da cidade de São Cristóvão, ofereciam no século XIX, pequenos serviços bancários aos irmãos, fazendo empréstimos com cobranças de juros.²⁰²

Entretanto, mesmo essa embrionária forma de organização do crédito oficial, liderada pelos bancos a partir do século XIX, gerou insatisfação entre os negociantes das grandes casas comerciais que perderam o controle sobre os pequenos produtores, senhores de engenho e conseqüentemente sobre suas safras, assim como sobre outros negociantes.²⁰³

No entanto, mesmo com as políticas monetárias instituídas no Oitocentos, ainda verificamos no comércio estanciano do século XIX, resquícios destas práticas, em que partes das dívidas contraídas eram pagas com produtos das safras ou da loja. O senhor de engenho Gonçalo

²⁰¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 272.

²⁰² SANTOS, Marcelo. *Irmãos da Santa "Conveniência": a Ordem Terceira de São Francisco de Assis na cidade de São Cristóvão (1840-1870)* e SILVA FILHO, Thiago da. *Servindo a alma e ao corpo: a Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE – século XVIII-XIX*.

²⁰³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 226.

Marques da Cruz costumava pagar seus empréstimos e compras de mercadorias com o açúcar produzido em seu engenho, conforme podemos constatar no exemplo utilizado na abertura do capítulo e em outras ações movidas contra ele.²⁰⁴

Ao atentarmos para a composição das fortunas mercantis em Estância, nos deparamos com a escassez de dinheiro líquido nos inventários. Em contrapartida, constatamos considerável percentual de dívidas ativas e passivas movimentando essas fortunas, o que nos leva a crer que havia na Estância oitocentista uma riqueza pautada no crédito em que os membros desta sociedade deviam mais do que realmente possuíam.

Desse modo, em uma sociedade onde o dinheiro era um gênero escasso, possuí-lo era sinal de abundância. Entre os 75 inventários *post-mortem* consultados, apenas 20 negociantes possuíam dinheiro entre os seus bens, o que correspondia a 27% dos negociantes inventariados e somava a quantia de 85:162\$874, presente sob a forma de dinheiro de contado, apólices, ações e depósitos em bancos, correspondendo a 6% do monte-mór das fortunas mercantis estancianas.

²⁰⁴ AGJES – Ação Libelo Cível nº 02 Caixa 27 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1867.

Quadro 3.2
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Dinheiro entre Negociantes da Praça de Estância¹

| Ano² | Negociantes | Dinheiro³ | Monte-Mór | Monte-Mór % |
|------------------------|---|-----------------------------|------------------|--------------------|
| 1820 | José Joaquim Pereira | 167\$960 | 1:596\$722 | 10 |
| 1827 | Manuel José de Jesus | 1:182\$684 | 9:505\$733 | 23,4 |
| 1828 | Joaquim Gonçalves Ferreira | 34\$680 | 656\$510 | 1,5 |
| 1833 | Manoel José Correia Braga | 90\$000 | 3:230\$803 | 7 |
| 1834 | Rosalina Maria | 37\$000 | 3:284\$573 | 1,1 |
| 1837 | Manoel Francisco Brandão | 150\$000 | 1:540\$540 | 2,7 |
| 1839 | Francisca Marques | 212\$000 | 6:647\$841 | 3,2 |
| 1840 | Micaela Maria de Freitas | 1:000\$000 | 6:984\$350 | 14,3 |
| 1841 | Joaquim Leite Ribeiro | 19\$800 | 1:293\$940 | 1,5 |
| 1859 | José Maria Gomes de Souza | 2:001\$000 | 9:436\$000 | 21 |
| 1859 | José Joaquim Teixeira Pinto | 28\$000 | 15:782\$150 | 0,1 |
| 1861 | Ana Francisca da C.Magalhães | 7600\$000 | 62:495\$960 | 12,1 |
| 1862 | Joana Rodrigues Dantas Oliveira | 1:325\$000 | 50:230\$240 | 5,2 |
| 1862 | Nicolau Antônio de Abreu | 1:666\$666 | 80:808\$170 | 2,1 |
| 1871 | Luisa Maria da Trindade Franca | 1:892\$413 | 12:971\$470 | 14,5 |
| 1871 | Manoel José Teixeira da Costa | 641\$851 | 9:088\$743 | 12,4 |
| 1872 | Serafim de Matos Freire | 11:000\$000 | 85:529\$130 | 13 |
| 1874 | Modesto dos Santos | 16:000\$000 | 174:317\$000 | 9,1 |
| 1876 | Antônio Domingues L.Guimarães | 114\$000 | 7:466\$140 | 1,5 |
| 1881 | M ^a Antônia de Magalhães Ribeiro | 40:000\$000 | 170:662\$900 | 9,7 |

¹ Foram consultados 75 inventários post-mortem de negociantes.

² O ano refere-se ao da abertura do inventário *post-mortem*.

³ Arrolamos nesta categoria dinheiro líquido, ações, apólices e depósitos bancários.

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Apesar do dinamismo da atividade comercial, em poucas fortunas mercantis estancianas foram encontrados dinheiro de contado, o que mais uma vez reafirma a tese de escassez monetária no Brasil oitocentista. As quantias registradas nos inventários dos negociantes variavam entre poucas moedas que somavam 19\$800 a grandes somas de 16:000\$000, somando 35:961\$874 na categoria dinheiro líquido.

Outra prática utilizada para driblar a carência monetária foi o crédito, que aliada à falta de um sistema bancário ou um sistema de crédito oficial, logo se firmou na economia

brasileira como meio financiador dos sonhos dos desprovidos de dinheiro. Esse capital provinha do mercado interno sustentado em formas não capitalistas de produção, a saber: produção camponesa, trabalho livre não assalariado nas estâncias gaúchas e produção escravista de alimentos, bem como do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos, que possibilitaram a acumulação endógena nas mãos de negociantes de grosso trato.²⁰⁵

Destarte, os negociantes residentes no Brasil controlavam a rede de crédito local, investindo na montagem de atividades agrárias voltadas para exportação, na compra de escravos e em diversas atividades econômicas, tais como: cultivo de gêneros alimentícios, comércio, entre outras voltadas para o mercado interno.²⁰⁶ Esse controle dos negociantes sob o crédito perdurou na economia brasileira desde o período colonial estendendo-se até as últimas décadas do século XIX, visto que com o fracasso de inúmeras tentativas de organização de uma rede bancária durante os oitocentos, continuou prevalecendo o capital comercial como importante fonte de financiamento de pessoas e de outros comerciantes”.²⁰⁷

Na falta de moedas circulantes, as pessoas desvalidas de riqueza recorriam ao crédito como forma de suprir suas carências materiais, principalmente as alimentares e as de vestuário. Em Estância, os livros de conta²⁰⁸ e as ações judiciais revelam que tais pessoas, geralmente pediam emprestado aos negociantes pequenas quantias, pretendendo pagá-las em espécie ou sob a forma de prestação de serviços, deste modo submetiam-se aos juros cobrados pelos usuários que oscilavam entre 1% e 2% ao mês.

O lavrador José Ferreira do Nascimento, sem dinheiro para saciar suas necessidades ou para ampliar a produtividade de suas terras deparou-se em 28 de janeiro de 1873 com a

²⁰⁵ FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 26.

²⁰⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.164.

²⁰⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 122.

²⁰⁸ Livros onde são lançadas as movimentações comerciais das lojas e os empréstimos concedidos.

oportunidade de adquirir um empréstimo de 80\$000 junto ao negociante Ainarim Pereira Leite, comprometendo-se a pagar 1% de juros ao mês em caso de atraso. Entretanto, o acordo não foi cumprido conforme demonstra a ação de crédito movida pelo dito negociante contra José Ferreira do Nascimento em 20 de outubro de 1874, verificamos que nem sempre a cobrança de juros inibia os atrasos, visto que o débito cobrado arrastava-se por 22 meses.²⁰⁹

Os senhores de engenho e negociantes também apelavam para o crédito. Senhores de engenho pediam emprestados para montar suas empresas agrícolas,²¹⁰ ampliar a quantidade de escravos, investir nas atividades agrárias ou mesmo para adquirirem bens supérfluos. Segundo Matoso, “*a manutenção das fortunas rurais, mais prestigiadas, não era possível sem crédito.*”²¹¹

Entretanto, para conseguir aprovação destes empréstimos pessoais junto aos negociantes ou mesmo garantir as compras a prazo nas casas comerciais, os interessados deveriam cumprir alguns requisitos, entre eles, possuir algum bem (a exemplo de terras, casas, escravos, animais e jóias) que servisse como garantia para uma eventual falta de pagamento em tempo hábil. A rede de relações que os pretensos interessados nos empréstimos mantinham nesta sociedade também contava para a concessão de créditos, sendo comum o registro dos parentescos, apadrinhamentos e protecionismo nos balancetes comerciais na seção crédito.

Os senhores de engenho de Estância também se enredaram nas teias do crédito facilitado e acessível, na medida em que apresentavam como garantia as terras, os maquinários, animais e escravos. Vejamos o exemplo de Juvêncio Pacheco D’Ávila, membro da mais alta açaurocracia sergipana, que em 1855 - ano que assinala a maior crise econômica da Província de Sergipe no Oitocentos, recebeu por herança de seu pai, o coronel Domingos Pacheco d’Ávila, três

²⁰⁹ AGJES – Ação de Crédito nº 19 Caixa 06 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1874.

²¹⁰ O crédito se constituía o meio mais rápido para os desvalidos conseguirem o título de senhor de engenho e de escravos e ostentarem abastança. (FARIA, 1998:224)

²¹¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 185.

quinhões do engenho Piripiri,²¹² situado no termo de Estância, que comportava o engenho moente e corrente, casa de morar, caixaria, casa de purgar, casa de farinha, pastos e terras, avaliado em 10:000\$000. Ao tomar posse de seus quinhões, Juvêncio tinha como desígnio manter a fortuna consolidada pela família em várias gerações, entretanto, diante do cenário de crise pela qual passava a Província, em especial a cidade de Estância, não encontrou outra solução para manter o funcionamento deste engenho, a não ser recorrer aos empréstimos oferecidos pelos negociantes locais.

Em sua longa jornada à frente dos negócios do dito Engenho, Juvêncio contraiu vários empréstimos que juntos somavam 20:834\$388, alegando que eram para “aquisição de gêneros e suprimento do engenho Piripiri”, porém em seu inventário *post-mortem* a soma do conjunto dos seus bens foi avaliada em 25:035\$000. Seus credores após diversas tentativas de receberem os valores emprestados, não tiveram outra opção senão requerer o pagamento via judicial, a exemplo da Assignação de Dez dias movida pelo negociante Bernardino José Ribeiro²¹³ que exigia a quitação da dívida de 13:172\$750 no prazo máximo de 10 dias. Outros negociantes aproveitaram-se do momento de elaboração do inventário para impetrarem ações judiciais, objetivando receber os valores emprestados com juros. Assim logo após a morte do Sr. Juvêncio (1887), alguns negociantes moveram ações judiciais contra seus herdeiros, entre eles estavam os negociantes locais Francisco José Martins, que em uma ação de libelo cível, reclamava o pagamento de 2:910\$320 utilizados na compra de gêneros para o engenho²¹⁴ e José Joaquim de Sousa, que emprestou a quantia de 4:751\$318.²¹⁵

²¹² AGJES – Inventário nº 20 Caixa 78 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1887.

²¹³ AGJES – Assignação de Dez dias nº 04 Caixa 02 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1875.

²¹⁴ AGJES – Ação Libelo Cível nº 07 Caixa 27 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1887.

²¹⁵ AGJES – Execução Comercial nº 05 Caixa 04 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1887.

Já os negociantes recorriam ao crédito para comprar mercadorias, ampliar seus negócios ou para emprestar a outros. Entre os negociantes estancianos verificamos que as dívidas passivas – valores que deveriam ser pagos, originados de empréstimos ou compras a prazo, abrangiam a 28% dos negociantes inventariados, somando 58:470\$932, o que correspondia a 20% do monte-mór acumulado.

Nesse processo de “endividamento entre si”, no qual alguns negociantes, geralmente os varejistas, na tentativa de alcançar estabilidade na atividade mercantil ou visando migrar para outro ramo econômico, solicitavam empréstimos a negociantes de grosso trato locais ou baianos. Assim, Jecundino Vicente de Souza, negociante de grosso trato da cidade de Estância, matriculado no Tribunal do Comércio da Bahia e proprietário da metade do Hiate Nacional Olinda - responsável pelo transporte do açúcar produzido nos engenhos das cidades de Estância e Santa Luzia para a cidade da Bahia e retornava com as mercadorias que supriam a praça estanciana, tornou-se devedor da quantia de 4:073\$550 a Modesto dos Santos,²¹⁶ também negociante estanciano e proprietário da outra metade do Hiate Nacional Olinda. Ao que tudo indica, essa vultosa quantia - ao ser comparada aos valores médios (338\$610) dos créditos concedidos a outros negociantes - foi necessária para o estabelecimento de tão lucrativa sociedade.

Sabendo que sem o crédito era muito difícil à aquisição dos bens necessários a ampliação das forças produtivas, no caso dos negociantes as mercadorias, verificamos a participação das dívidas entre os negociantes de acordo com o vulto de negócio exercido.(Cf. Quadro 3.3)

²¹⁶ AGJES – Inventário n.º 03 Caixa 74-1 Cartório do 2º Ofício de Estância 1878.

Quadro 3.3
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Proporção das dívidas entre os comerciantes
75 inventários post-mortem

| Categorias | (A) | Monte-Mór | Dívidas Ativas | | Dívidas Passivas | |
|-----------------------|-----|---------------|----------------|--------------|------------------|-------------|
| | | | (B) | (C) | (B) | (C) |
| Pequenos Comerciantes | 34 | 165:400\$208 | 15 | 23:148\$814 | 7 | 16:482\$939 |
| Médios Comerciantes | 29 | 939:225\$507 | 25 | 531:439\$450 | 12 | 27:637\$767 |
| Grandes Comerciantes | 12 | 292:485\$170 | 12 | 133:716\$497 | 2 | 14:350\$226 |
| Total | 75 | 1397:110\$885 | 52 | 688:304\$761 | 21 | 58:470\$932 |

(A) = Número total de negociantes por categoria; (B) = Número de negociantes; (C) = Valor absoluto no Monte-mór
 Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

No Quadro acima, constatamos que entre os 75 negociantes investigados, apenas 19 não possuíam entre os seus bens dívidas ativas ou passivas, assim comprovamos que o crédito era uma prática bastante difundida entre os negociantes estancianos e fundamental para o desenvolvimento de suas atividades comerciais.

Na primeira categoria, foram agrupados os pequenos comerciantes, sejam eles donos de lojas ou ambulantes, especializados na venda de comestíveis, fazendas e miudezas para o lar, tendo como mercado consumidor às camadas mais pobres da sociedade estanciana. Neste grupo foram registrados 27 negociantes, que concentraram 7,2% da riqueza mercantil estanciana do período estudado.

Entre os bens listados nos inventários dos negociantes desta categoria, constatamos que as dívidas ativas estavam presentes em 15 arrolamentos, justificadas pelas vendas efetuadas a prazo nas casas comerciais, ou simplesmente fiado, prática comum entre os portugueses, translada para a América portuguesa e consolidada devido a falta de numerários em circulação.²¹⁷ Os

²¹⁷ MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986, p.105.

empréstimos somavam 23:148\$814, que correspondiam a 23% do monte-mór acumulado por esta categoria e as quantias variavam entre \$400 e 2:814\$000, sendo favorecidas 410 pessoas, em sua maioria lavradores, trabalhadores ligados à atividade açucareira e portadores de patentes militares, residentes, em geral, na zona rural da cidade de Estância e em cidades vizinhas.

No ato da elaboração do inventário *post-mortem* do negociante José Francisco Madureira,²¹⁸ foram citados 126 devedores registrados na caderneta do seu estabelecimento comercial. Em sua pequena loja, localizada na rua do Cajueiro - área afastada do centro comercial estanciano, José Francisco Madureira vendia tecidos, roupas, utilidades do lar e ferragens, tinha como clientela moradores da zona rural e dos engenhos da região, que em geral compravam fiado. Isso justifica a quantidade de devedores registrados na caderneta e a volumosa quantia de 3:072\$354 na categoria dívidas ativas. Contudo, para conseguir sortir sua loja dos gêneros comercializados, José Francisco também apelou para as compras a prazo junto às casas comerciais de Manuel de Souza Campos e José da Cunha Carvalho Bastos, negociantes residentes na cidade da Bahia, deixando débitos que somavam 825\$017.

Já as dívidas passivas eram adquiridas por estes negociantes com a finalidade de garantir o pequeno estoque das casas comerciais. Os credores eram, em geral, negociantes da praça estanciana, pois somente os que contavam com uma rede de influência mais abrangente recorriam aos empréstimos fora dos limites da cidade. Assim constatamos na trajetória profissional do Sr. Domingos José Custódio de Matos,²¹⁹ proprietário de uma pequena casa comercial, especializada na venda de fazendas, também exerceu concomitantemente com as atividades comerciais as funções de alferes e de vereador na cidade de Estância,²²⁰ o que por vezes poderia favorecê-lo nas relações mercantis com outras praças. Na busca por ampliar seus

²¹⁸ AGJES – Inventário nº 08 Caixa 61 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1862.

²¹⁹ AGJES – Inventário nº 03 Caixa 21 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1834.

²²⁰ Recopilador Sergipano, Estância, 12 de junho de 1833, p. 2.

negócios e talvez utilizando sua influência política, várias vezes comprou mercadorias a prazo a negociantes baianos. No entanto, mesmo tendo boas vendas, conforme sugere os lançamentos nos balancetes comerciais de sua loja, não cumpriu seus compromissos contraídos com seus credores e tampouco acumulou fortuna suficiente para saldar suas dívidas. Em seu inventário seus bens foram avaliados em 1:798\$611, distribuídos na posse de três escravos (610\$000), a casa em que residia e comercializava (250\$000), alguns móveis (102\$820), dívidas ativas (501\$571) nas mãos de 47 devedores, fazendas (334\$220). Entretanto, seu débito junto aos credores somava 2:022\$099.

Entre os negociantes que compõem a segunda categoria estão os proprietários de lojas atacadistas e grandes varejistas que também praticavam empréstimos mediante a juros, contudo em sua maioria os créditos registrados em seus balancetes eram oriundos de compras efetuadas em suas casas comerciais. Nesta categoria, 86% dos negociantes possuíam dívidas ativas que juntas somavam 531:439\$450, equivalendo a 56% da fortuna por eles construída. De posse destes dados, podemos concluir que a riqueza construída por tais negociantes era invisível, pois no afã de construir uma sólida fortuna esses negociantes não hesitaram em vender suas mercadorias fiado, talvez não levando em consideração os possíveis contratempos que estas aplicações facultavam.

A dinâmica labuta mercantil, possibilitou ao português Manuel José de Jesus²²¹ a construção de uma fortuna avaliada em 9:505\$733, distribuída na posse de um casebre velho (95\$000), alguns móveis e ferramentas que somavam 1:520\$740, mercadorias finas (1:092\$539) e créditos em favor de 137 pessoas que residiam em engenhos da cidade de Estância, na área urbana e na cidade de Jeremoabo, situada na Província da Bahia, que somavam 5:614\$770, correspondendo a 59% da sua fortuna. Entre os artigos de luxo comercializados em sua loja

²²¹ AGJES – Inventário nº 01 Caixa 17 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1827.

estavam finas fazendas nacionais e importadas, bolachas e queijos importados, ferramentas, sabões, baralhos, perfumes, bacalhau, temperos e outros molhados, atraíam os estratos mais abastados da sociedade estanciana – senhores de engenho, clérigos, detentores de patentes militares, o que por certo justifica as inúmeras ações creditícias. Negociantes de outras praças, a exemplo de Jeremoabo também compravam mercadorias em sua loja, que tinha como mercado fornecedor à cidade da Bahia.

Construir uma riqueza assentada em dívidas ativas poderia se constituir em um investimento perigoso. Tal riqueza em movimento poderia desaparecer com a morte dos credores ou dos devedores, pois mesmo a garantia oferecida pela legislação a qual estipulava que as dívidas contraídas em vida seriam salgadas pelos herdeiros. Estes, por diversas vezes, argumentavam junto aos credores desconhecer as dívidas contraídas pelos finados ou defendiam o pensamento que com a morte do credor as dívidas poderiam ser perdoadas, tais posturas justificam as querelas que se arrastavam por anos nos tribunais.

Ainda nesta categoria, alguns negociantes não temendo os riscos, fizeram do comércio usurário sua principal atividade. A exemplo de Domingos José de Lima,²²² grande negociante estanciano que além dos artigos finos que comercializava em sua loja, também se dedicou ao empréstimo e as vendas a prazo, conforme atesta o seu inventário *post-mortem*, no qual foram arrolados 659 registros de créditos em favor de pessoas dos mais diversas categorias sociais, a saber: caixeiros, escravos, índios, libertos, marceneiros, negociantes, clérigos, pedreiros, seleiros, militares, além de lavradores e grandes proprietários rurais, que juntas somavam 21:745\$360, representando 49,5% da sua fortuna.

No entanto, a atividade mercantil poderia oferecer infortúnios aos grandes proprietários de lojas abertas ou atacadistas. Eis o exemplo de Manoel Damásio Guedes

²²² AGJES – Inventário nº 01 Caixa 55 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1858.

Limoeira,²²³ próspero negociante da praça estanciana, dono de uma sortida loja de secos, molhados, tecidos finos, jóias, cosméticos e ferramentas, situada no centro comercial de Estância, que conseguiu construir uma fortuna avaliada em 5:156\$820, distribuída na posse de um escravo (600\$000), uma casa de taipa (250\$000), móveis (38\$460), um cavalo (60\$000), mercadorias (689\$870) e dívidas ativas registradas no livro de conta da loja em favor de 125 pessoas que ali compravam costumeiramente fiado, entre elas padres, escravos, professores, mestres de açúcar, lavradores e pessoas ligadas afetivamente ao negociante, sendo denominadas de comadre, compadre, afilhado e tio. Esta simples cadernetinha nos revela o prestígio que Manoel Damásio possuía entre os seus contemporâneos, foram citados neste documento contábil um afilhado, uma comadre e cinco compadres.

Entretanto, nem tudo reluziu na trajetória mercantil de Manoel Damásio, seu inventário *post-mortem* nos revela que ao comprar gêneros na praça soteropolitana para abastecer sua loja, contraiu dívidas junto aos negociantes de grosso modo desta praça, que somavam 3:533\$400, ou seja, 68% da fortuna acumulada, porém estas não eram as únicas dívidas contraídas pelo negociante. Após a morte de Manoel Damásio e elaboração do inventário *post-mortem*, vários negociantes locais e baianos perceberam que as dívidas passivas feitas pelo finado não foram arroladas pelos herdeiros e impetraram diversas ações judiciais – algumas coletivas, a fim de requerer o pagamento dos débitos. Entre estes estavam: a firma baiana Manoel José Lopes da Silva & Sobrinho, que moveu uma ação de cobrança contra os herdeiros do negociante exigindo o pagamento da dívida referente a um empréstimo no valor de 1:358\$425;²²⁴ outro negociante baiano, Domingos Caetano da Silva, cobrava 341\$453;²²⁵ enquanto os negociantes estancianos Máximo Lourenço Gomes, Manoel Joaquim da Silva Heitor, Cândido Vieira Dortas e

²²³ AGJES – Inventário nº 11 Caixa 50 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²²⁴ AGJES – Ação de Cobrança nº 05 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²²⁵ AGJES – Ação de Cobrança nº 03 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

o baiano Antônio Serafim Silva Cravo que moveram uma ação judicial coletiva,²²⁶ a qual denuncia a tentativa dos herdeiros de não quitar os débitos contraídos pelo finado Manuel Damásio que totalizavam 1:358\$425. Outras ações individuais foram impetradas por outros negociantes estancianos, a saber: Leôncio Amado do Espírito Santo²²⁷ que cobrava uma dívida de 69\$444 referente ao parcelamento feito para comprar tecidos em sua loja; Antônio Bento de Oliveira moveu uma ação de cobrança requerendo o pagamento de 600\$000²²⁸ e outra no valor de 36\$640 concernente ao restante do empréstimo contraído.²²⁹ Essas dívidas cobradas em juízo somavam 3:604\$854 que acrescidas às arroladas no inventário comprometiam toda a fortuna deixada por Manuel Damásio aos seus herdeiros, talvez isto justifique as estratégias utilizadas por estes para não reconhecer os débitos de seu progenitor.

Na terceira categoria estão aqueles negociantes que não possuíam estabelecimentos comerciais no ato na elaboração dos inventários *post-mortem*. Eram, em geral, comerciantes aposentados, viúvas de negociantes, que ao abandonarem as atividades comerciais, dedicaram-se ao crédito como forma de manter suas fortunas, bem como gozavam do prestígio possibilitado pela condição de viver de rendas. Estes usurários, investiram 37% de suas fortunas em empréstimos que favoreceram principalmente senhores de engenho e outros negociantes da cidade de Estância e ao contrário dos credores das duas outras categorias, emprestavam grandes quantias a poucas pessoas.

Desse modo, o português José Joaquim Teixeira Pinto²³⁰ que construiu ao longo da sua jornada mercantil uma fortuna avaliada em 15:782\$150, distribuída na posse de uma casa arruinada situada da rua Direita da Conceição (180\$000) e um sítio (130\$000), poucos móveis e

²²⁶ AGJES – Ação de Crédito nº 03 Caixa 05 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²²⁷ AGJES – Ação de Cobrança nº 04 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²²⁸ AGJES – Ação de Cobrança nº 01 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²²⁹ AGJES – Ação de Crédito nº 01 Caixa 05 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²³⁰ AGJES – Inventário nº 09 Caixa 57 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1859.

ferramentas (158\$560) e 27\$820 em dinheiro de contado, empenhou 97% de sua fortuna em dívidas ativas (15:285\$768) em mãos de 29 pessoas, entre elas: senhores de engenho, trabalhadores livres, padres, lavradores e pequenos comerciantes.

Nesta categoria, as dívidas passivas abrangiam apenas 26% dos negociantes, caracterizada por pequenas quantias emprestadas geralmente, por outros negociantes da própria praça estanciana, ou mesmo originadas por compras efetuadas ou serviços prestados por profissionais liberais. Assim o próspero negociante José Daniel de Magalhães, grande atacadista e atravessador das safras do açúcar sergipano para a praça baiana, dono do Lanchão São José, que teve sua fortuna avaliada em 38:316\$156, - distribuída na propriedade de oito escravos que somavam 6:550\$000, um sobrado no Caminho do Rio, onde funcionava sua loja (1:600\$000), um armazém (600\$000), e dois trapiches (16:300\$000), além de crédito nas mãos de cinco pessoas que totalizavam 12:966\$156, também não escapou de recorrer ao capital usurário facilmente adquirido com 21 credores, entre eles negociantes estancianos, tornando-se devedor da quantia 3:416\$354. Os empréstimos foram conseguidos para comprar gêneros alimentícios e mercadorias para serem comercializadas por José Daniel na praça de Estância, também foram discriminados créditos para comprar remédios, ferramentas e roupas para seus escravos (28\$600). Essa preocupação com o bem estar dos escravos, evidenciada pela aquisição de roupas e remédios, é justificada pela importância que estes tinham para o bom desempenho das atividades mercantis desenvolvidas junto ao porto de Estância, no embarque e desembarque de mercadorias, no transporte ou mesmo nos trapiches de propriedade do dito negociante, daí a preocupação era em manter a propriedade escrava em condições de trabalho. A necessidade de braços cativos para auxiliá-lo em suas tarefas é atestada através das dívidas adquiridas para alugar serviços de escravos. Em uma execução comercial movida pelo negociante José Pereira de Magalhães para

quitação de um débito no valor de 1:059\$1700, utilizados para comprar uma caixa de açúcar e serviços de um escravo.²³¹

Assim percebemos que entre os negociantes estancianos estavam os grandes financiadores da produção rural, bem como das atividades mercantis. Em seus balancetes comerciais estavam registrados grandes empréstimos a senhores de engenho locais e de cidades vizinhas e a outros negociantes, contudo esses financiadores não escapavam das redes de crédito, pois geralmente para poder investir nos empreendimentos locais, tornavam-se devedores de mercados maiores, neste caso da praça baiana.

A antiga condição de dependência política de Sergipe em relação à Bahia, favoreceu a manutenção dos velhos acordos comerciais entre negociantes estancianos e baianos. A intensidade destas relações é atestada pela constante presença de nomes de negociantes baianos nos livros contábeis das casas comerciais, nos inventários *post-mortem* dos negociantes residentes em Estância e nas inúmeras ações judiciais impetradas pelos negociantes baianos aos devedores estancianos, temos ainda que alguns negociantes estancianos tinham inclusive, seus nomes registrados nos livros de registro de matrícula de comerciantes da Bahia.

Foram registradas no período pesquisado 31 ações de créditos entre negociantes estancianos com negociantes residentes na Bahia, correspondentes a saldos de empréstimos contraídos, os valores variavam entre 47\$423 e 8:553\$594 que somavam 20:011\$094. Os negociantes que mais aderiram aos empréstimos baianos eram prósperos negociantes locais e que tinham como prática o empréstimo pessoal, entre eles podemos citar: Francisco Pacheco D'Ávila Júnior, Manoel Damásio Guedes Limoeira, Domingos José de Lima e Manoel José Correia Braga.

²³¹ AGJES – Execução Comercial nº 11 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1857.

Outra prática creditícia verificada em Estância foi à existência de redes de endividamento, em que uma pessoa pedia empréstimos para favorecer a outra pessoa, geralmente representando alguém a quem certamente o crédito era vedado. Assim, o proprietário de terras Antônio Marques da Cruz, recorreu ao negociante Manoel Joaquim da Silva Heitor para conseguir um empréstimo cuja quantia era 1:763\$100, sujeito aos juros de 2% ao mês, para que seu irmão - o senhor de engenho Gonçalo Marques da Cruz, já envolvidos em outros empréstimos, pudesse pagar a hipoteca de um escravo.²³²

A busca desenfreada pelo crédito teve como consequência a formação de cadeias de endividamento. Os pequenos comerciantes tornavam-se devedores de negociantes tipicamente usurários para quitar débitos contraídos junto a outras praças. Neste caso temos o exemplo, entre vários, de Luís Correa Braga que pediu emprestado a quantia de 1:135\$386 a Nicolau Antônio de Abreu para quitar um saldo de débito com o negociante baiano Manuel de Oliveira Ramos.²³³

Em uma sociedade em que emprestar dinheiro era antes de tudo um ato de solidariedade, mesmo que a usura estivesse implícita e que receber empréstimos não remetia a práticas vergonhosas, justifica-se a formação de cadeias de endividamento. Contudo, aceitar ao crédito demonstrava humildade e respeito ao “mundo das ordens”. Desse modo, o crédito representava ostentação de prosperidade, além de garantir prestígio social e estabelecer vínculos entre os mais ricos e os menos afortunados através de laços de solidariedades.²³⁴

Por conseguinte, foi observado que esse dinâmico sistema de crédito de Estância, por vezes favoreceu a negociantes e proprietários de engenhos que residiam em outras cidades sergipanas e até mesmo baianas. Assim, alguns negociantes estancianos, almejando expandir seus

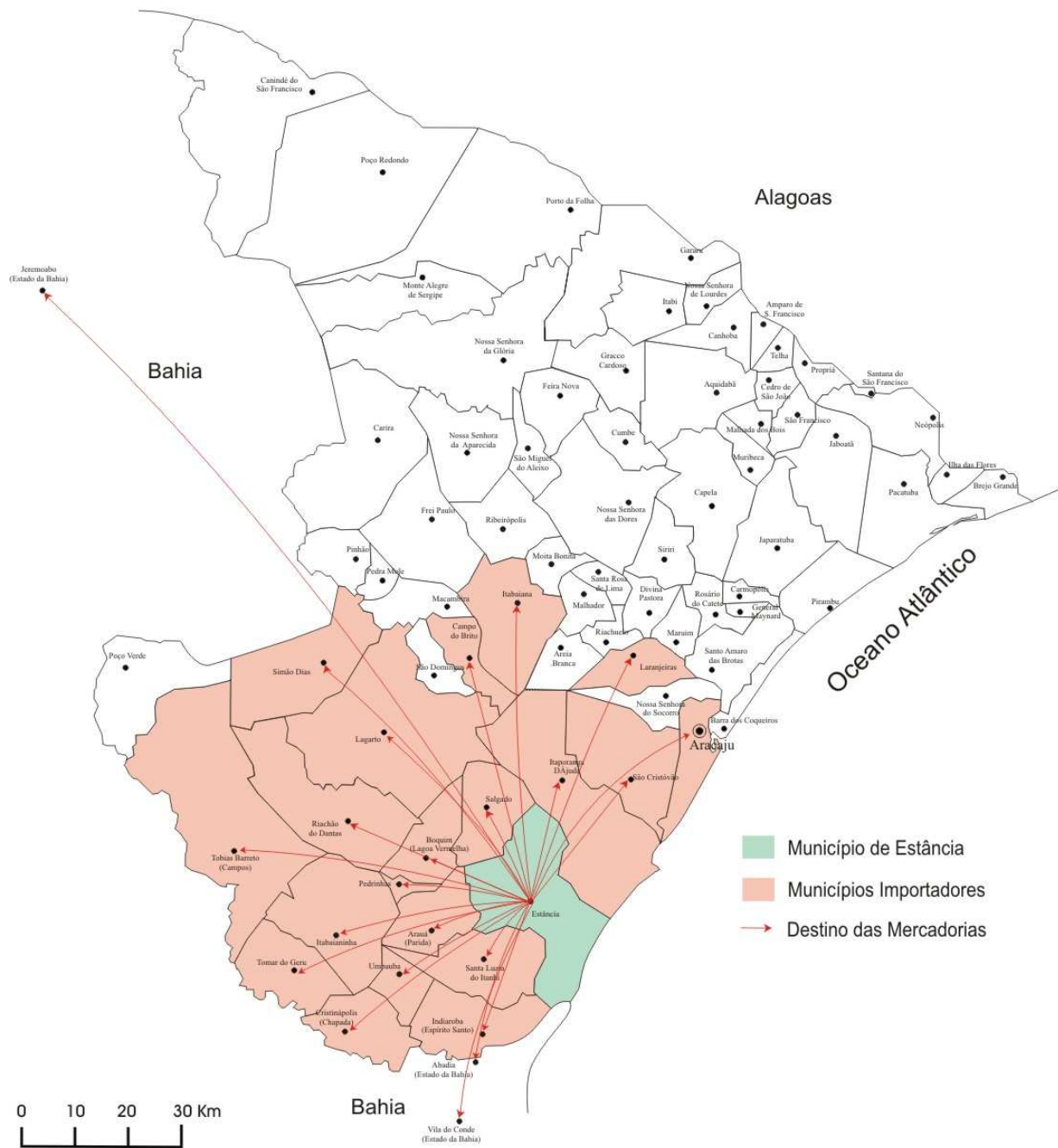
²³² AGJES – Ação de Crédito nº 03 Caixa 09 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1862.

²³³ AGJES – Ação de Crédito nº 02 Caixa 07 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1854.

²³⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “A Opulência na Província da Bahia” In: *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 166.

negócios, não hesitaram em emprestar ou vender suas mercadorias a prazo a negociantes de outras localidades, a exemplo das cidades de Aracaju, Campo do Brito, Campos (atual Tobias Barreto), Chapada (atual Cristinápolis), Espírito Santo (atual Indiaroba), Itabaiana, Itabaianinha, Itaporanga d'Ajuda, Lagarto, Lagoa Vermelha (atual Boquim), Laranjeiras, Parida (atual Arauá), Pedrinhas, Salgado, Riachão dos Dantas, Santa Luzia, São Cristóvão, Simão Dias, Tomar do Gerú e Umbaúba.

FIGURA 03
ESTÂNCIA -SE
INTERCÂMBIO DE MERCADORIAS E CRÉDITOS
1820 - 1888



Organização: Sheyla Farias Silva
Digitalização: Hunaldo Lima

Um exemplo dessa expansão geográfica do crédito foi o itinerário comercial de Manoel Joaquim da Silva Heitor, dono de uma sortida loja de tecidos e usurário, formou ao longo de sua jornada mercantil uma vasta rede de crédito, pela qual foram favorecidas 623 pessoas, em geral seus clientes - senhores de engenhos, pequenos comerciantes, escravos, lavradores, entre outros, que costumavam efetuar suas compras a prazo. Entretanto, observamos que para a construção de sua fortuna avaliada em 116:8264020, o citado negociante utilizou como uma das estratégias para se consolidar no ramo mercantil a expansão das suas atividades para além dos limites geográficos da cidade de Estância, a saber: Aracaju, Campo do Brito, Campos, Chapada, Espírito Santo, Itabaiana, Itabaianinha, Lagarto, Lagoa Vermelha, Laranjeiras, Parida, Pedrinhas, Salgado, Riachão dos Dantas, Santa Luzia, São Cristóvão e Simão Dias, além da Vila do Conde e Jeremoabo, localizadas na Província baiana. Nos balancetes da sua casa comercial, nos quais estavam arrolados os créditos, registramos que 46% dos devedores eram pessoas que residiam em outras cidades da província de Sergipe ou mesmo na zona rural de Estância e concentraram 74% dos valores emprestados.

Nessa economia de pequena circulação monetária e com dificuldade de acesso a bens manufaturados, o crédito ou compras a prazo, constituiu-se como uma das maneiras utilizadas para adquirir bens e ampliar as fortunas, o que justifica as extensas listas de devedores arroladas nos livros das casas comerciais. De acordo com os dados encontrados nos balancetes e nos arrolamentos das dívidas ativas, identificamos um grupo de negociantes que concentrava 55% das ações de crédito e 80% dos valores emprestados, fornecendo grandes quantias a um número reduzido de pessoas, valendo-se da cobrança de 2% de juros ao mês, tendo como clientela grandes proprietários agrícolas, senhores de engenho, padres, profissionais liberais e militares e outros negociantes. Esses negociantes fizeram o capital usurário sua principal fonte de renda, alguns já não mais possuíam lojas e passaram a investir parte de suas poupanças na aquisições de

ações bancárias, a exemplo de Ana Francisca da Conceição Magalhães,²³⁵ ou em bens de raiz, como constatamos no conjunto dos bens de Nicolau Antônio de Abreu, que investiu na compra de imóveis urbanos; outros por sua vez, mesclavam as atividades mercantis com as usurárias. Entretanto, para demonstrarmos como o crédito constituía o pilar destas fortunas, formulamos o Quadro 3.4, o qual atesta os valores das dívidas ativas, o número de devedores e a participação desta categoria de bens nas fortunas destes negociantes.

Quadro 3.4
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Maiores credores em valores emprestados

| Ano | Negociantes | Nº de devedores | Valores Emprestados | Créditos % | Monte- Mór |
|------|--------------------------------------|-----------------|---------------------|------------|--------------|
| 1858 | Domingos José de Lima | 659 | 21:745\$360 | 49 | 44:010\$660 |
| 1861 | Ana Francisca da Conceição Magalhães | 22 | 30:403\$720 | 49 | 62:495\$960 |
| 1862 | Nicolau Antônio de Abreu | 76 | 50:129\$180 | 62 | 80:808\$170 |
| 1862 | Joana Rodrigues Dantas Oliveira | 199 | 22:252\$450 | 44 | 50:230\$240 |
| 1870 | Manoel Joaquim da Silva Heitor | 623 | 80:729\$180 | 67 | 120:159\$500 |
| 1872 | Serafim de Matos Freire | 33 | 59:004\$880 | 69 | 85:529\$130 |
| 1874 | Ana Herculana do Sacramento Amorim | 5 | 28:473\$000 | 50 | 57:433\$000 |
| 1877 | João Antônio de Mascarenhas | 109 | 35:220\$250 | 68 | 51:839\$060 |
| 1878 | Modesto dos Santos | 268 | 125:452\$500 | 72 | 174:317\$000 |
| 1881 | Maria Antônia de Magalhães Ribeiro | 91 | 97:878\$910 | 57 | 170:662\$900 |

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

No entanto, outro grupo de negociantes estancianos que se dedicou ao crédito merece destaque, os que utilizaram como estratégia o empréstimo de pequenas quantias a várias pessoas, em geral pequenos lavradores, homens pobres, escravos, forros, profissionais liberais e trabalhadores mecânicos. Esse grupo é composto em sua maioria por pequenos e médios negociantes, empregados no comércio varejista, donos de pequenas lojas de secos e molhados, que por não serem tão afortunados buscavam através da concessão de dívidas ativas, originadas

²³⁵ Vê Quadros 3.1 e 3.2.

em geral das compras efetuadas a prazo em suas casas comerciais, consolidar-se no mercado estanciano, isso explica o grande número de devedores arrolados nos livros das suas casas comerciais.²³⁶

Sem moedas para efetuar as compras à vista, as pessoas recorriam às compras a prazo, geralmente anotadas nas cadernetas - ou utilizam produtos e serviços para quitar seus débitos. Contudo, os gêneros adquiridos a prazo, favoreceram a proliferação do crédito entre os donos de casas comerciais, bem como a ampliação de suas fortunas, pois as pessoas que utilizavam esta modalidade de compra estavam sujeitas às imposições estipuladas pelos negociantes que quase sempre cobravam mais caro os gêneros comprados a prazo, alegando que a diferença entre os valores cobrados eram justificados pelos riscos assumidos pelos negociantes, na medida em que com o retardamento do pagamento, os preços das mercadorias poderiam se elevar ou mesmo havia a possibilidade de nunca recuperar o valor equivalente às compras.²³⁷

Sobre os preços abusivos cobrados pelos negociantes às compras efetuadas na modalidade de fiado, o viajante Antônio Moniz de Souza em sua passagem pelo interior do Brasil observou:

Quando eles vêm à praça tratar com negociante daquilo que lhes faz preciso, como levam fiado são forçados a dar duzentos pelo que vale cem, além do prêmio de dois e dois e meio por cento mensalmente e o prejuízo que sofrem nos seus gêneros: motivo de viverem sempre mergulhados na miséria, e sem terem jamais prosperidade.²³⁸

²³⁶ As extensas listas de devedores anotadas nas cadernetas também foi verificada por Júnia Furtado (1999, p.109) em seu estudos sobre a região das Minas Setecentistas, onde “a compra nos estabelecimentos comerciais era feita basicamente a crédito e os proprietários de lojas figuravam entre aqueles que mais registravam a posse de livros de contas.” Embora essa colocação refira-se a um período diferente do estudado, podemos constatar que tal situação não se alterou no oitocentos.

²³⁷ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 264.

²³⁸ SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000, 110.

Entretanto, aos poucos que pagavam suas compras com dinheiro de contado ou compravam em grandes quantidades era dado à oportunidade de pechinchar. Em alguns recibos de compras encontrados nos inventários *post-mortem* ou nas ações de crédito, verificamos que esse artifício era sempre utilizado pelos grandes compradores.

Para estabelecermos relação entre o número de pessoas que estavam envolvidas pelas teias de créditos dos negociantes estancianos e os valores emprestados elaboramos o Quadro 3.5., composto pelos dez maiores credores em abrangência, ou seja, aqueles que emprestaram a mais pessoas. Ao compararmos os Quadros 3.4 e 3.5, podemos observar que alguns negociantes eram ao mesmo tempo os maiores credores em valores emprestados como também estavam entre os maiores credores em abrangência. A diferença entre os credores agrupados nestes Quadros está nos motivos para a concessão dos empréstimos e os grupos favorecidos. No primeiro Quadro, os credores eram tipicamente usurários e emprestavam a outros abastados que buscavam ampliar suas fortunas, enquanto no segundo as diversas ações de crédito arroladas foram adquiridas por homens despossuídos de recursos econômicos através de compras realizadas a prazo.

Quadro 3.5
Estância- Sergipe
1820 - 1888

Maiores credores em abrangência

| Ano | Negociantes | Nº de devedores | Valores Emprestados | Valor Médio Emprestado | Monte- Mór |
|------|---------------------------------|-----------------|---------------------|------------------------|--------------|
| 1823 | Antônio José Ribeiro | 142 | 2:449\$508 | 17\$250 | 8:972\$026 |
| 1827 | Manuel José de Jesus | 137 | 5:614\$770 | 40\$980 | 9:505\$733 |
| 1856 | Manoel Damásio Guedes Limoeira | 125 | 3:518\$490 | 28\$147 | 5:156\$820 |
| 1858 | Domingos José de Lima | 659 | 21:745\$360 | 32\$997 | 44:010\$660 |
| 1862 | Joana Rodrigues Dantas Oliveira | 199 | 22:252\$450 | 111\$821 | 50:230\$240 |
| 1862 | José Francisco Madureira | 126 | 3:072\$354 | 24\$383 | 7:288\$113 |
| 1870 | Manoel Joaquim da Silva Heitor | 623 | 80:729\$180 | 129\$581 | 120:159\$500 |
| 1871 | Luisa Maria da Trindade Franca | 159 | 9:926\$936 | 62\$433 | 12:971\$470 |
| 1877 | João Antônio de Mascarenhas | 109 | 35:220\$250 | 323\$121 | 51:839\$060 |
| 1878 | Modesto dos Santos | 268 | 125:452\$500 | 468\$106 | 174:317\$000 |

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Ao considerar o crédito como uma possibilidade para conquistar prestígio social, alguns negociantes utilizaram deste expediente para se firmar enquanto grupo dominante local, garantindo o domínio pessoal e econômico sobre os menos favorecidos e influenciando em questões políticas e de mando social. O mesmo verificou João Fragoso, em seu estudo sobre os negociantes da praça do Rio de Janeiro, ao afirmar “*o investimento na produção mercantil não era motivado apenas pela possibilidade de lucros, [...] mas pela possibilidade de adquirir uma posição de mando em uma sociedade estratificada.*”²³⁹

Outros, por sua vez, conseguiram combinar as atividades mercantis com as práticas políticas, constituindo-se vereadores, como Domingos José Custódio de Matos e José da Costa Lisboa Júnior, ou mesmo disputavam com os grandes proprietários rurais altos postos na Guarda Nacional de Estância, tais como: coronel, major, comendador, tenente e alferes. Dos negociantes identificados como maiores credores em abrangência (Quadro 3.5), Domingos José Lima tinha a patente de major; Modesto dos Santos era tenente-coronel e Manuel José de Jesus era alferes. Portanto, mesmo o Código Comercial do Império proibindo a execução de atividades comerciais por oficiais militares de primeira linha,²⁴⁰ constatamos o pleno exercício da profissão por estes afortunados estancianos que além de usurários eram donos de lojas.

Os demais negociantes que possuíam patentes militares, do mesmo modo, eram donos de estabelecimentos comerciais e utilizavam-se da concessão de empréstimos sob juros para ampliar o seu domínio e suas fortunas. Eram grandes credores, tendo como seus clientes homens pobres da cidade estanciana, lavradores, clérigos, senhores de engenho e outros negociantes; mantinham relações comerciais com outras partes da Província e com a Bahia, ou seja, o raio de suas influências extrapolava os limites geográficos de Estância. Entre estes negociantes estão:

²³⁹ FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p.35.

²⁴⁰ BRASIL. Código Comercial do Império do Brasil (1886). Capítulo I, artigo 2º.

Antônio Agostinho da Rocha, grande abastecedor de carne seca da cidade de Estância e vendedor de tecidos, com uma fortuna avaliada em 10:633\$640, obteve a patente de capitão; Antônio Domingues Leite Guimarães, português residente em Estância, dedicou-se ao comércio de molhados e utensílios do lar foi constituído subtenente; Antônio Rodrigues de Freitas (major), foi dono de uma loja de tecidos; Baldeiro de Carvalho Braque (capitão), segundo o arrolamento dos bens trocou as atividades comerciais pelas rurais, adquirindo oito escravos, sítios e animais, ainda assim era credor de algumas pessoas; Gonçalo José Coelho foi um próspero negociante, dedicou-se tanto ao comércio atacadista como varejista, era dono de uma sortida loja de secos e molhados situada no centro comercial de Estância que abastecia tanto a zona urbana quanto a rural. Ao longo de sua jornada mercantil estabeleceu uma extensa rede de crédito que envolvia senhores de engenho que pagavam suas dívidas com caixas de açúcar, como lavradores, vigários, escravos, entre outros, desse modo tinha condições financeiras para arcar com as despesas advindas da patente, tenente; José Daniel de Magalhães, dono de navios, trapiches e armazéns, foi agraciado com o título militar de capitão e José Manuel Barbosa de Franca (comendador), mesclou as atividades mercantis com as agrícolas, era proprietário de terras e de lojas que vendiam a retalho. Enfim, esses negociantes conseguiram por meio do crédito subordinar os menos afortunados e aliar-se aos detentores de prestígio social - os senhores de terra e de escravos - alcançando, desse modo, status e poder.

Em uma sociedade regida por uma hierarquia social determinada pela capacidade de mando de homens sobre outros homens - sejam eles livres ou escravos, os negociantes estancianos buscaram expressar seu poder nas relações comerciais com outros negociantes locais, na medida em que tinham acesso ao crédito e mercadorias oferecidas pelas casas comerciais baianas, passaram a impor altos preços e juros, além das limitadas condições de pagamento das

mercadorias que revendiam no atacado.²⁴¹ Desse modo, logo se firmaram na praça estanciana como atacadistas e usurários, mesmo estando subordinados a negociantes de uma praça maior, neste caso, a Baiana.

Além das ações de crédito feitas entre as firmas baianas e os negociantes estancianos, o intercâmbio entre essas duas praças foi confirmado através das matrículas dos negociantes estancianos no Tribunal do Comércio da Bahia. Nessas matrículas eram registrados alguns dados dos negociantes, entre eles a nacionalidade, o endereço do seu estabelecimento comercial e a que ramo mercantil se dedicava, além de apresentar uma carta de comerciante, que comprovava o exercício da atividade no local informado. Assim, alguns negociantes estancianos foram compelidos a matricular-se neste Tribunal, já que mantinham intensas relações comerciais com a Bahia. Dentre estes estavam os seguintes negociantes estancianos:

Antônio da Silva Martinho, cidadão português, domiciliado na cidade de Estância, com sua casa de comércio de fazendas secas e molhadas por atacado e a retalho, apresentou para o registro na data a margem [10/10/1855], a sua carta de comerciante matriculado nos ditos ramos, passada pelo Tribunal do Comércio desta província; Manoel Joaquim da Silva Heitor, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, da Província de Sergipe, apresentou para o registro na data a margem [24/03/1856], a sua carta de comerciante de grosso trato, nos ramos de fazendas secas, comissões e conta própria, passada pelo Tribunal do Comércio desta província; Jecundino Vicente de Sousa, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de fazendas secas, molhados, miudezas e outras mercadorias, apresentou para o registro na data a margem [17/11/1874], uma carta de comerciante matriculado; Bernardino José Ribeiro, cidadão português, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de fazendas, molhados, ferragens e drogas, apresentou para o registro na data a margem [24/07/1875], uma carta de comerciante matriculado; Virgínio Moreira de Oliveira, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de fazendas e outras mercadorias, por atacado e a retalho, apresentou para o registro na data a margem [26/10/1876], uma carta de comerciante matriculado; Adolfo Ribeiro Guimarães, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de comissões e conta própria em grosso, apresentou para o registro na data a margem [29/09/1881], uma carta de comerciante matriculado; Hermenegildo Freire Dantas, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de gêneros estrangeiros e do país, de conta própria e consignação, em grosso e a retalho, apresentou para o registro na data a margem [09/10/1881], uma carta de comerciante

²⁴¹ Em geral, não aceitavam produtos agrícolas como forma de pagamento, a não ser a cana-de-açúcar.

matriculado; Francisco José Martins, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de gêneros estrangeiros e do país, de conta própria e consignação, em grosso e a retalho, fazendas e outras mercadorias, por atacado e a retalho, apresentou para o registro na data a margem [09/10/1881], uma carta de comerciante matriculado; João Vicente de Sousa, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de ferragens, fazendas, miudezas e drogas em grosso, apresentou para o registro na data a margem [02/10/1882], uma carta de comerciante matriculado e Manuel José Ribeiro, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de diversos gêneros em grosso e a retalho, apresentou para o registro na data a margem [22/03/1885], uma carta de comerciante matriculado.²⁴²

Através dessa matrícula no Tribunal do Comércio da Bahia, comprovamos que a praça estanciana, mesmo após a emancipação política de Sergipe (1820), continuou sendo abastecida pelo mercado baiano até o fim do século XIX, conforme prova as notas de compras de mercadorias anexadas aos inventários *post-mortem* ou nas ações de crédito, nas quais não foi identificada outra procedência para os gêneros comercializados nesta praça. Assim podemos afirmar que a influência da praça baiana na economia estanciana se fez não somente via os créditos feitos aos grandes negociantes locais, mas sobretudo, por meio das mercadorias fornecidas por cinquenta e quatro firmas e negociantes de grosso trato da praça baiana. (Apêndice A)

Em geral, os negociantes dedicados ao comércio atacadista, no afã de garantir o sortimento de seus estoques acumulavam dívidas junto às firmas soteropolitanas, a exemplo do negociante João Luís Corrêa,²⁴³ empregado no comércio de secos e molhados²⁴⁴ a grosso e a retalho, que por ocasião de sua morte deixou um saldo de dívida com a firma baiana Pinto & Rodrigues na quantia de 1:575\$942 referente à compra de gêneros para sortimento do seu

²⁴² APEB - Registro de Matrícula de Comerciantes (1854-1896). Seção Colonial.

²⁴³ AGJES - Execução Comercial nº 03 Caixa 02 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1873.

²⁴⁴ Gêneros secos (tecidos, vestuários, ferramentas e outros artigos não comestíveis) e molhados (comestíveis e bebidas)

estabelecimento comercial, sendo que parte do débito referia-se à última compra feita no mercado baiano que somava 488\$95, a saber:

Quadro 3.6
Estância- Sergipe
Lista de mercadorias compradas por João Luís Correia à firma Pinto & Rodrigues
1873

| | |
|---|----------|
| 41 latas de gás | 102\$500 |
| Meia pipa de vinho marca J.S.P.J. | 100\$000 |
| 3 Caixões com velas de cor | 48\$000 |
| 3 Caixas com sabão do reino | 12\$000 |
| 6 Sacos com tamancos sortidos - 18 dúzias | 36\$000 |
| 1 Garrafão com genebra | 4\$000 |
| 1 Caixa com diversos gêneros | 2\$000 |
| 1 Caixa com louça | 12\$000 |
| 1 Caixão com restos de fazendas, chapéus e calçados | 32\$000 |
| 1 Caixa com miudezas | 12\$000 |
| 1 Caixão com 2/4 de passas e 1 lata de fósforos | 12\$000 |
| 22 Barricas de farinha de trigo | 16\$000 |
| 1 Caixão com drogas | 10\$000 |
| 1 Frasco com magnésia | 2\$500 |
| 1 Frasco de gasosa | 3\$000 |
| 5 Queijos | 10\$000 |
| 19 Garrafas com óleo do reino | 2\$700 |
| 20 Litros de manteiga | 8\$000 |
| 1 Caixa com 6 dúzias de chapéus | 34\$250 |
| 49 Latas de biscoitos | 30\$000 |

Fonte: Execução Comercial nº 03 Caixa 02 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1873.

Podemos ainda, inferir que estes negociantes eram os grandes abastecedores das lojas estancianas, pois segundo as informações dadas ao Tribunal do Comércio da Bahia, todos se dedicavam ao comércio atacadista; outros eram apenas comissários ou correspondentes, ou seja,

compravam exclusivamente para outros negociantes de grosso trato e alguns mesclavam as vendas no atacado e no varejo.

Outro dado relevante mostrado nesta matrícula é o tipo de mercadoria comercializada por cada atacadista. Estes compravam uma variedade considerável de produtos, como sejam: fazendas, ferragens, alimentos, miudezas, além de gêneros importados para revendê-los aos varejistas estancianos, mais interessados nos tecidos que por outras mercadorias.

Ao analisar as mercadorias arroladas nos inventários *post-mortem* e as listas de compras anexadas as ações judiciais, agrupamos os negociantes segundo a quantidade (atacadistas e varejistas) e tipo de mercadoria (secos e molhados) que comercializavam.

De acordo com o sortimento de mercadorias registradas em alguns inventários, identificamos que um pequeno grupo de negociantes controlava o abastecimento na cidade de Estância. Eram em sua maioria atacadistas, os quais ofereciam em suas lojas uma variedade de gêneros secos e molhados provenientes do mercado baiano, tendo como seus principais clientes outros negociantes vindos das mais diversas partes da Província, como também da Província da Bahia. Em suas vendas admitiam como forma de pagamento o prazo, como também se dedicavam ao empréstimo pessoal com cobrança de juros, o que justifica a extensa rede de crédito registradas nos balancetes das lojas. Assim, verificamos que suas fortunas foram construídas pautadas em dívidas ativas e mercadorias, assim como em imóveis urbanos, entre eles trapiches e armazéns.

Quadro 3.7
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Negociantes de Grosso Trato

| Negociantes | Gêneros Comercializados |
|------------------------------------|-------------------------|
| Domingos José Lima | Secos e molhados |
| Eduardo Freire | Secos e molhados |
| Francisco Pacheco D' Ávila | Secos e molhados |
| Gonçalo José Coelho | Secos e molhados |
| Jerônimo Antônio Mascarenhas | Secos |
| Joana Rodrigues Dantas Oliveira | Secos |
| João Antônio Mascarenhas | Secos |
| João Luís Correia | Secos e molhados |
| José Joaquim Coelho | Secos e molhados |
| Justiniano Freire de Melo | Secos |
| Manuel Joaquim da Silva Heitor | Secos |
| Maria Antônia de Magalhães Ribeiro | Secos |
| Maria do Espírito Santo Amado | Secos e molhados |
| Modesto dos Santos | Secos |
| Serafim de Matos Freire | Secos |

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Ao compararmos o Quadro 3.7 com os dados registrados na matrícula dos negociantes no Tribunal do Comércio da Bahia, constatamos que estes negociantes atacadistas tinham intensas relações comerciais entre si. Dos dez negociantes registrados no Tribunal do Comércio da Bahia, quatro tinham lojas em Estância, os demais revendiam as mercadorias para os negociantes estancianos. Eram eles: Manuel Joaquim da Silva Heitor, além de fornecedor de gêneros para outros negociantes, a exemplo do varejista de fazendas José Daniel de Magalhães, era dono de uma sortida loja de fazendas; Jecundino Vicente de Sousa era sócio do próspero negociante Modesto dos Santos, proprietário de embarcações e lojas na cidade de Estância; Bernardino José Ribeiro, apesar de não inventariado, investigamos a fortuna de sua esposa Maria Antônia de Magalhães Ribeiro (que por sinal já tivera sido casada com outro negociante estanciano), assim constatando seu envolvimento no comércio de grosso trato e Virgínio Moreira

de Oliveira que fora casado com Joana Rodrigues Dantas Oliveira, grande credora de negociantes e dona de loja de fazendas e de utilidades para o lar. Este grupo ditava as regras dos preços das mercadorias comercializadas em Estância, na medida em que tinham acesso ao mercado abastecedor e ao crédito, assim conquistando prestígio na hierarquia mercantil.

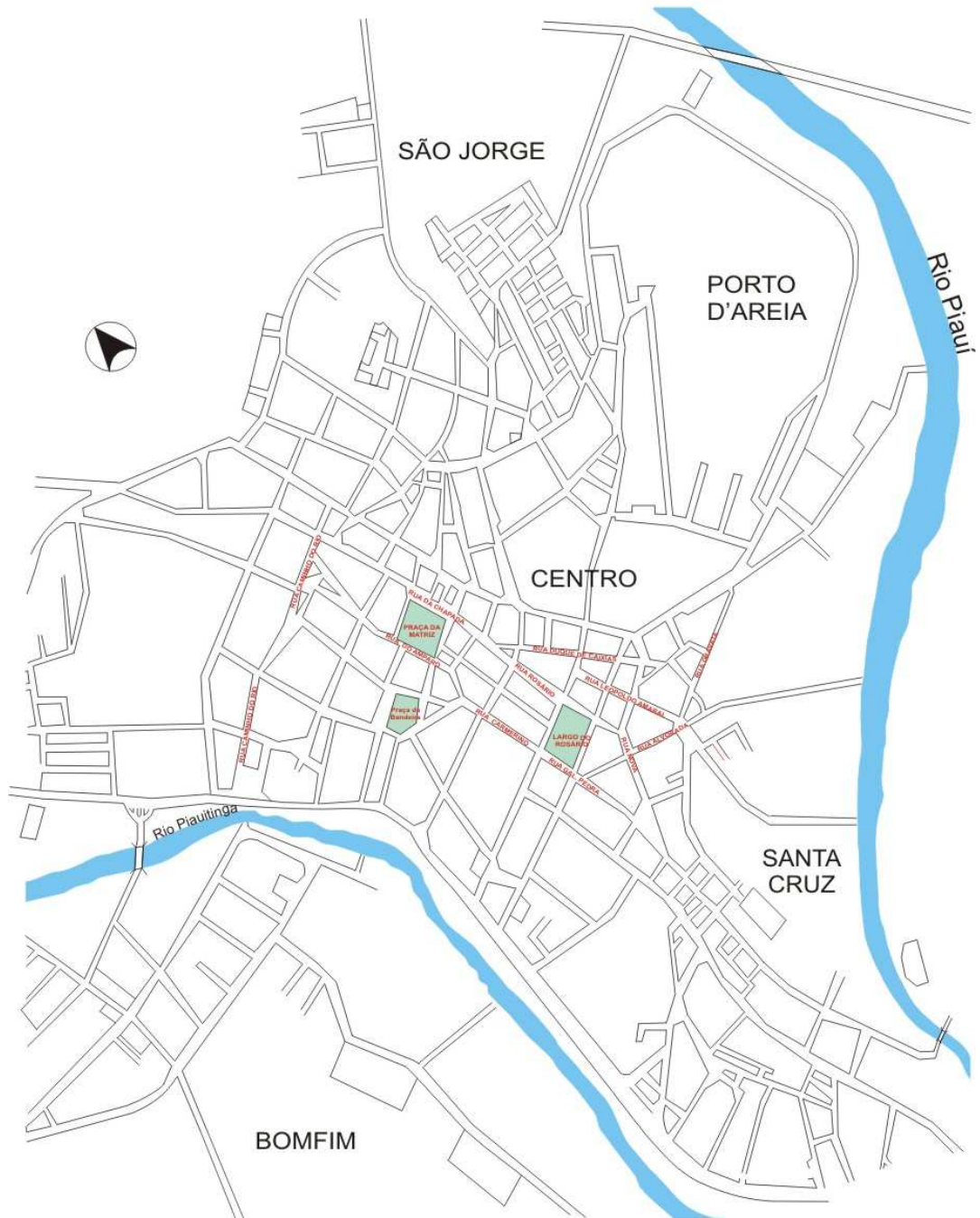
Quanto às mercadorias comercializadas por esses atacadistas, constatamos que tinham preferência por artigos secos, principalmente tecidos, tanto os mais finos e de melhor qualidade quanto os mais baratos, a exemplos das chitas. Entretanto, também vendiam gêneros alimentícios como chás, farinha de trigo, manteiga, queijos, vinhos, vinagres, entre outros; produtos de consumo, a exemplo de perfumes, magnésia, água inglesa²⁴⁵, ceras, velas, sabões, além de utensílios para o lar. Um bom exemplo de atacadista que conciliou as venda de gêneros secos e molhados no mesmo lugar é João Luís Correia, proprietário de uma sortida loja que vendia açúcar, bebidas, gêneros alimentícios, peças de vestuário, tecidos e utensílios para o lar (Cf. Quadro 3.6).

Outro indicador de prestígio social neste mundo mercantil era o local onde estavam fixados os estabelecimentos, já que ter acesso as melhores casas tornava-se indispensável à boa apresentação.²⁴⁶ Os mais prósperos negociantes, como é o caso dos atacadistas, estabeleceram suas lojas próximas à Igreja Matriz da cidade, estendendo-se até o Largo da Igreja do Rosário e os seus armazéns e trapiches próximos ao porto da cidade.

²⁴⁵ Anti-febril.

²⁴⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 184.

FIGURA 04
ESTÂNCIA - SE
PLANTA DA CIDADE DE ESTÂNCIA
1820 - 1888



Fonte: Informe Administrativo de Estância, 22 de abril de 2004.
Organização: Sheyla Farias Silva
Digitalização: Hunaldo Lima

Numa sociedade em que a riqueza material era tida como sinônimo de poder e que ostentá-la não era motivo para censura, os negociantes mais prósperos construíam grandes sobrados para alojar na parte térrea o seu estabelecimento comercial seja destinado ao comércio de gêneros de grosso ou a retalho e na parte superior residia à família. Os sobrados comerciais da cidade de Estância, geralmente, estavam localizados entre a Praça da Matriz e o Largo do Rosário, onde os negociantes comercializavam no mesmo espaço tanto gêneros secos, a exemplo dos tecidos e utensílios para o lar como também os gêneros alimentícios.

Dos quinze negociantes dedicados ao ramo atacadista, treze tinham suas lojas nesse quadrilátero mercantil, os demais fixaram seus estabelecimentos próximos ao porto. Assim, instalar uma loja entre as praças da Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe (Matriz) e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário constituía-se como um indicador de abastança e prestígio.

Nas casas comerciais situadas no Largo do Rosário os moradores de Estância poderiam encontrar quaisquer gêneros para satisfazer suas necessidades. Dos proprietários de lojas inventariados no período, quinze se estabeleceram neste logradouro.

Podemos citar como exemplo do sortimento das lojas que funcionavam neste território²⁴⁷ comercial a Casa Inglesa, cujos proprietários - Adolfo Ribeiro Guimarães, negociante matriculado no Tribunal do Comércio da cidade da Bahia, o capitão Francisco José Martins e Ernesto Esteves da Silveira – ofereciam diversos serviços, conforme anúncio a seguir:

²⁴⁷ Compreendemos o território mercantil estanciano como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. SOUZA, Marcelo José de Lopes de. “O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.” In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; Corrêa, Roberto (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 78.

Compra-se açúcar, algodão, couros, milhos e ticum a dinheiro à vista. Dá-se preferência e melhor preço aos gêneros depositados no Trapiche Novo e vende-se sacos d'aniagem e algodão. Saca-se constantemente sobre a Praça da Bahia. Manda-se vir d' Europa, Estados Unidos e de qualquer Províncias do Império: encomendas de qualquer natureza mediante comissão módica.²⁴⁸

Comparando essas informações com as registradas nas várias ações judiciais movidas por estes negociantes contra seus devedores, constatamos que este estabelecimento atacadista era especializado na compra dos gêneros agrícolas produzidos nas grandes propriedades da Província e na sua venda para o mercado baiano. Quanto à promessa de pagamento (dinheiro a vista) pelos gêneros vendidos, percebemos que os senhores de engenho e lavradores continuaram permutando seus gêneros agrícolas pelas mercadorias oferecidas nesta loja, numa relação de desvantagem na medida em que os produtos agrícolas tinham preços menores que as mercadorias comercializadas, gerando desse modo dívidas. Os negociantes varejistas também recorreram aos serviços oferecidos por este estabelecimento, adquirindo as mercadorias vindas da praça da Bahia.

As lojas que vendiam somente a varejo correspondiam a 72% dos estabelecimentos comerciais fixados em Estância. Seus proprietários eram em sua maioria pequenos negociantes, possuidores de poucas mercadorias (secos e molhados) que visavam o consumo da população local. Entre os gêneros mais comercializados por essa categoria estavam os tecidos, peças de vestuários e miudezas do lar, induzo que por serem mais baratos e não exigirem consumo imediato, se comparados com os molhados.

A comercialização de comestíveis a retalho era feita tanto nas casas de secos e molhados, como os estabelecimentos especializados. Foram encontrados entre os negociantes inventariados apenas cinco que realizavam exclusivamente a venda de comestíveis, como foi o

²⁴⁸ AGJES – Ação de Libelo Cível nº 06 Caixa 27 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1886.

caso de Antônio Ramos, proprietário de uma casa comercial situada nos termos de Estância, na qual era vendida *genebra, aguardente do reino, vinagre, azeite doce, alho, cominho, manteiga, açúcar branco e mascavo, sal, fumo carne do sertão*, entre outros produtos.²⁴⁹

Quanto à localização dos estabelecimentos comerciais desses negociantes, constatamos que apenas os grandes varejistas conseguiram instalar suas lojas nas proximidades da Praça da Matriz. Geralmente, suas sortidas lojas comercializavam com artigos finos, entre eles: secos, molhados, perfumaria, objetos de decoração, materiais escolares e ferragens. Entre estes, podemos citar a loja do capitão Antônio da Silva Martinho, situada no Largo do Rosário, que vendia fazendas, utilidades para o lar, ferragens e comestíveis, sendo registrado em seu inventário *post-mortem* a quantia 2:414\$980 em gêneros que compunham o estoque da dita casa comercial.

Os negociantes menos afortunados instalavam seus estabelecimentos comerciais em suas próprias residências, onde as relações mercantis se misturavam as familiares. Alguns se destacaram nas áreas onde fixaram seus estabelecimentos devido à distância com o centro comercial e o sortimento de seus estoques. Desse modo, o português Antônio Martins de Oliveira Sousa Bandeira, morador da rua do Coqueiro, conseguiu êxito econômico com sua casa de secos e molhados, sortida com fazendas, comestíveis, materiais escolares e outras miudezas, acumulando uma fortuna avaliada em 5:047\$811, distribuída na posse de quatro escravos, sua residência que funcionava como casa comercial, móveis, animais e vinte e sete dívidas ativas, além das mercadorias.²⁵⁰

Assim como os atacadistas e grandes varejistas não viam problemas em comercializar no mesmo espaço gêneros secos e molhados, os negociantes menos afortunados buscavam ter

²⁴⁹ AGJES - Inventário n.º 08 caixa 32 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1843.

²⁵⁰ AGJES - Inventário n.º 03 caixa 37 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1847.

uma variedade de produtos no mesmo lugar para oferecer aos seus clientes. Atestamos desse modo que os negociantes estancianos mesclavam os diferentes ramos de comércio em um só lugar.

O território mercantil da Estância oitocentista também foi ocupado por aqueles que não eram proprietários de lojas, mas que construíram nas ruas seu espaço de sobrevivência. Estes eram os mascates, vendeiros, quintadeiros, enfim ambulantes.

Conforme já observamos no capítulo I, o sonho de tornar-se um próspero senhor de terras e de escravos fez com que alguns lusitanos desvalidos migrassem para as terras tupiniquins em busca desse eldorado. Entretanto, sem muitos recursos, iniciavam suas atividades no Brasil geralmente, como ajudantes nas casas comerciais ou se tornavam mascates. Entre os negociantes que atuavam na praça de Estância, constatamos que três negociantes tinham como atividade o comércio ambulante, destes dois eram portugueses que não tinham sequer um parente no Brasil.

Estes negociantes, formavam a base da hierarquia mercantil estanciana, não conseguiram acumular uma virtuosa fortuna, não possuíam bens de raiz, os poucos escravos e animais que tinham eram para ajudá-los nas tarefas mercantis e as escassas dívidas ativas arroladas nos seus inventários eram proveniente das vendas feitas no costumeiro sistema do fiado, suas mercadorias eram retalhos de tecidos, fazendas secas usadas, enfim mercadorias de pequenos valores.

Neste ramo comercial verificamos as presenças das mulheres pobres, que vendiam restos de tecidos, gêneros alimentícios, a exemplos dos quitutes citados com saudades pelo memorialista Gilberto Amado:

Desembocava lá da esquina do Rosário a baiana estirando de longe o seu: cocadinha puxa, ioiô! Cocadinha puxa, iaiá! Preta limpinha. O turbante branquíssimo dava-lhe um ar alegre: Cocadinha puxa! Aviava o tabuleiro na pedra lisa e ia passando o papel de seda que se grudava ao doce.²⁵¹

Talvez neste espaço - esquina do Rosário, inicialmente freqüentado por negros devotos de Nossa Senhora do Rosário e posteriormente transformado pelo crescimento urbano de Estância em território comercial, Alexandrina Costa construiu, ao lado do mercado oficial, o seu pequeno comércio ambulante de fazendas, bem como sua clientela.²⁵²

Constatamos ainda, que dezoito inventariados estancianos, os quais construíram suas fortunas pautadas no capital mercantil, gerado no seio das lojas, estenderam seus investimentos a outros setores econômicos, a exemplo das atividades agrárias, ao tempo em que adquiriram quinhões em engenhos, sítios e escravos, realizando, desse modo, o sonho de tornar-se senhor de engenho e de escravos. Assim, José Manuel Barbosa da Franca, atuante negociante na cidade de Estância, investiu seu capital na aquisição de 17 escravos (6:960\$000) e de dois engenhos de pequeno porte (26:750\$000), passando a dedicar-se à produção, compra e venda de açúcar ao mercado baiano. Em consequência da mudança de sua atividade econômica, legou aos filhos Antônio Manuel Barbosa da Franca e João Manuel Barbosa da Franca a administração de suas loja.

A prosperidade de José Manuel Barbosa da Franca, foi por diversas vezes questionada por outros negociantes estancianos que o acusavam de ser fraudulento no pagamento de impostos, já que um dos seus filhos, Antônio Manuel Barbosa da Franca era coletor de impostos e administrador de uma de suas lojas. O Código Comercial do Império, no artigo 2º, inciso 1º proibia os oficiais de fazendas, de desempenharem atividades mercantis dentro dos

²⁵¹ AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p 32.

²⁵² AGJES - Inventário n.º 04 caixa 58 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1860.

distritos em que exerciam suas funções, entretanto Antônio Manuel Barbosa da Franca, ignorava as determinações legais e continuava a executar concomitantemente as funções de coletor de impostos e negociante. Tal acúmulo de funções teve como consequência a divulgação de duas denúncias anônimas no jornal *Recopilador Sergipano* contra o dito coletor, responsável pela cobrança dos impostos sobre as lojas comerciais na cidade de Estância. Antônio Manuel Barbosa da Franca foi acusado de favorecer o estabelecimento de seu genitor, ao tempo que se demonstrava impiedoso com os pequenos negociantes, sendo classificado pelo denunciante de “incapaz para ser coletor”.²⁵³

Outros por sua vez, foram se afastando das atividades ligadas ao comércio e passaram a viver das rendas provenientes dos empréstimos a juros. A exemplo de Luisa Maria da Trindade Franca, viúva de João Manuel Barbosa da Franca, que investiu 76% da sua fortuna em dívidas ativas em mãos de 159 pessoas, componentes da aristocracia estanciana (senhores de engenho, proprietários de terras e de escravo e negociantes).

Neste cenário de ostentação de riqueza e de busca pelo prestígio, alguns negociantes estancianos que conseguiam reunir requisitos como acesso as patentes militares ou a cargos públicos, assim como ao crédito, eram atacadistas com sobrados comerciais fixados entre a Praça da Matriz e o Largo do Rosário e afortunados, formavam a elite mercantil estanciana.²⁵⁴

Um exemplo bastante elucidativo desta condição foi à trajetória do tenente-coronel Modesto dos Santos, proprietário do Hiate Nacional Olinda, responsável pelo intercâmbio de mercadorias entre a praça local e a baiana. Modesto, construiu a maior fortuna mercantil estanciana avaliada em 174:317\$000, distribuída na posse de três escravos (1:900\$000); imóveis (22:800\$000), entre eles dois sobrados localizados na Rua do Rosário, sendo que em um deles

²⁵³ *Recopilador Sergipano*, Estância, 14 de agosto de 1833, p. 2 e 11 de novembro de 1833, p. 2.

²⁵⁴ Vê nota 180.

funcionava uma sortida loja que vendia a grosso e a retalho, e outro na Rua do Amparo, além de uma casa na rua Pão-de-ló; móveis que atestam abastança (730\$000), dinheiro (16:000\$000), mercadorias (7:434\$480) e dívidas ativas em mãos 268 pessoas, o que o tornou o maior credor em valor emprestado.

Quadro 3.8
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Elite da Praça Estância

| Ano | Negociantes | Valor das Mercadorias | Nº de credores | D.Ativas | Monte-Mór |
|------|--------------------------------|-----------------------|----------------|--------------|--------------|
| 1850 | Gonçalo José Coelho | 558\$8846 | 93 | 5:570\$212 | 7:923\$268 |
| 1858 | Domingos José Lima | 1:633\$800 | 638 | 21:829\$249 | 34:329\$929 |
| 1862 | Joana Rodrigues D. de Oliveira | 11:199\$95 | 199 | 22:252\$447 | 50:230\$24 |
| 1870 | Manoel Joaquim da Silva Heitor | 2:411\$520 | 623 | 77:541\$758 | 116:826\$020 |
| 1872 | Serafim de Matos Freire | 4:689\$935 | 32 | 59:004\$878 | 85:529\$133 |
| 1877 | João Antônio Mascarenhas | 7:413\$810 | 109 | 35:220\$245 | 51:839\$055 |
| 1878 | Modesto dos Santos | 7:434\$480 | 177 | 125:452\$490 | 174:316\$970 |
| 1881 | Maria Antônia de M. Ribeiro | 6:014\$000 | 91 | 97:721\$370 | 170:505\$400 |

Fonte: Inventários, Estância (1850-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Desse modo, numa hierarquia mercantil ser dono de loja, bem localizada na cidade de Estância e sortida com vários gêneros remetia a um prestígio social. Entretanto, somente aqueles que já tinham conseguido outros atributos, tais como acesso ao crédito e as patentes, poderiam alcançar o topo desta pirâmide.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...Entretanto, basta ver este olhar felino, estes dois beiços, mestres de cálculo, que, ainda fechados, parecem estar contando alguma coisa, para adivinhar logo que a feição capital do nosso homem é a voracidade do lucro. Entendamo-nos: ele faz arte pela arte, não ama o dinheiro pelo que ele pode dar, mas pelo que é em si mesmo! Ninguém lhe vá falar de regalos da vida. Não tem cama fofa, nem mesa fina, nem carruagem, nem comenda. Não se ganha dinheiro para esbanjá-lo, dizia ele. Vive de migalhas; tudo o que amontoa é para a contemplação. Vai muitas vezes à burra, que está na alcova de dormir, com o único fim de fartar os olhos nos rolos de ouro e maços de títulos. Outras vezes, por requinte de erotismo pecuniário, contempla-os só de memória. Neste particular, tudo o que eu pudesse dizer, ficaria abaixo de uma palavra dele mesmo, em 1857.”²⁵⁵

Ao visitar a cidade de Estância, certamente um atento observador ficará encantado com os poucos casarões oitocentistas revestidos com azulejos portugueses que resistem às agressões do tempo e ao descuido público. Entretanto, não passará em sua mente, que no seio dos logradouros que abrigam esses casarões, a saber: Capitão Salomão (antiga do Rosário), Pedro Homem da Costa (antigo Caminho do Rio), Praça Orlando Gomes (Largo do Rosário), Praça da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe (Matriz), ferveu durante os séculos XVIII e XIX um intenso comércio que deu a esta cidade o título de *“a mais populosa, e comerciante de toda a Província, sem excetuar a capital”*.²⁵⁶

A vida material dos agentes responsáveis por essa dinâmica, os negociantes, contrapõe-se à descrição machadiana apresentada no conto acima.

Nesse conto, Machado de Assis ironizou a avareza de um comerciante residente na capital do Império, destacando seus aspectos físicos, busca pelo lucro, sua veneração pelo dinheiro conquistado, o que justifica o seu desapego às benesses desta vida, permitindo-se viver

²⁵⁵ ASSIS, Machado de. “Anedota pecuniária”. In: *Histórias sem data*. São Paulo: Ática, 1998, p. 93. (Série Bom Livro).

²⁵⁶ CASAL, Aires do. *Coreografia Basílica*. 1. ed. 1817. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 240.

da contemplação e migalhas. Entretanto, mesmo que o autor não tivesse compromisso com a narração fidedigna da realidade, sua narração contribuiu para que representação de um dono de venda de secos e molhados, velho, sagaz, avarento e rico, pudesse se firmar no imaginário popular.

Ao estudar a vida material dos negociantes residentes em Estância no período compreendido entre 1820 a 1888, constatamos que a busca desenfreada pelo lucro foi nutrida por muitos desprovidos de recursos financeiros, desejosos em construir uma fortuna não para contemplá-la, mas para ostentá-la, principalmente, aos membros da açucarocracia.

As fortunas mercantis estancianas apresentavam-se profundamente estratificadas em diferentes níveis, as quais foram construídas estruturadas no capital usurário, na propriedade imobiliária, na posse de escravos e nas mercadorias. Com a estratificação dessas fortunas em oito categorias, de acordo com o seu monte-mór, constatamos uma concentração de riqueza entre os negociantes que controlavam o abastecimento e o crédito.

Nessa sociedade em que a posse de bens conferia status, a riqueza mercantil estanciana apresentava-se distribuída em vários bens. A maior parcela de participação dos bens concentrou-se na categoria bens de raiz, compostos por casas, sítios, trapiches, armazéns ou quinhões em engenhos, o que mais uma vez comprova a busca por status.

Quanto ao bem escravo, notamos que em uma sociedade na qual a sua posse estava associada tanto aos aspectos econômicos quanto sociais, possuir uma pequena propriedade escrava era sinônimo de status social. Por sua vez, Estância é caracterizada pela pequena propriedade escrava, utilizada em diversas tarefas, a exemplo dos serviços domésticos, transporte de mercadorias, pequenas tarefas nas lojas, entre outros.

Os reflexos das Leis de 1850 foram notórios na economia estanciana, visto que a partir da década 70 houve um decréscimo na participação dos escravos no montante das fortunas, favorecendo o investimento nos bens de raiz, dívidas ativas e dinheiro.

O dinheiro constitua-se em gênero escasso desde os primeiros anos da colonização, perdurando no Brasil oitocentista, mesmo com as tentativas de organização de um sistema monetário e bancário. Essa carência monetária também refletiu na composição das fortunas mercantis, visto que em poucos inventários foi registrada a presença de dinheiro, seja na forma de dinheiro de contado, ações, apólices e depósitos bancários.

Na falta de moedas circulantes, as pessoas recorriam ao crédito como forma de suprir suas carências materiais. Por sua vez, o crédito se constituiu como meio mais rápido para os desprovidos de recursos materiais conseguirem o título de senhor de engenho e de escravos e assim, ostentarem abastança. Entre os negociantes o crédito, geralmente, era contraído para aquisição de mercadorias e concedido devido às vendas efetuadas a prazo.

Essa escassez pecuniária, implicou na disseminação de dívidas ativas. O crédito era a base da riqueza mercantil estanciana. Alguns negociantes fizeram do capital usurário sua principal fonte de renda, bem como uma possibilidade de conquistar prestígio social, utilizando como estratégia o empréstimo de pequenas quantias a várias pessoas.

Constatamos também, que a rede de crédito local estava concentrada nas mãos deste grupo mercantil, o que nos leva a concluir que a dinâmica da economia estanciana permitiu uma acumulação interna que serviu tanto para financiar as atividades mercantis e como as agrícolas desta cidade e várias cidades da Província.

Através das relações comerciais estabelecidas entre os negociantes, percebemos que um grupo, composto por atacadistas, mantinha contato com firmas baianas e vendia suas mercadorias para além dos limites geográficos da cidade de Estância, controlava o crédito e

fixaram suas lojas no centro comercial. Desse modo, conquistavam prestígio social dentro de uma hierarquia mercantil, assim como em outros setores da sociedade estanciana, evidenciada pelas posições ocupadas na sociedade civil e militar.

O estudo das fortunas mercantis possibilitou a compreensão da estrutura social da Estância oitocentista, na medida em que captou como homens e mulheres, empenhados em atividades comerciais e do crédito, trilharam os passos em busca de reunirem riqueza, poder e prestígio.

Destarte, o fausto experimentado por Estância nos oitocentos, “*a mais comercial da Província*”, ficou registrado nos documentos contábeis, nos inventários *post-mortem*, nas Memórias de Gilberto Amado, nos sobrados da rua Capitão Salomão, entre outros. Segundo Gilberto Amado, no final do século XIX “*Estância era uma moça velha de hábitos antigos na sua casa mobiliada*”.²⁶⁷

²⁶⁷ AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p. 36.

REFERÊNCIAS

Fontes

1. Fontes Primárias

1.1 – Fontes Manuscritas

Aracaju - Sergipe

1.1.2. Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe - AJUS Cartório de Estância 1º e 2º ofício

Inventários *post-mortem* (1820 – 1890) Cx. 1 - 1^A e 12 -79^A

Ação de Crédito (1820-1890) Cx. 638 – 644

Ação de Embargo (1820-1890) Cx.346 - 354

Ação de Libelos Cível (1820-1890) Cx. 392-420

Ação Executiva (1820-1890) Cx. 730 – 731

Assignação de Dez Dias (1820-1890)

Execução Cível (1820-1890) Cx. 730-731

Execução Comercial (1820-1890) Cx. 647-650

Livro de Dízimos e Protestos de Letras (1820-1890) Cx. 651

Livro de Salvados Marítimos – Livro 1

1.1.2. Arquivo Público do Estado de Sergipe - APES

Lista de Qualificação de Votantes de Estância (anos 1853 e 1862)

1.1.3. Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH) – Departamento de História/Universidade Federal de Sergipe

Relatórios de Presidente da Província 1835-1888 (Cds room)

1.1.4. Biblioteca Pública Epifânio Dórea

Recopilador Sergipano (1832-1864)

Salvador - Bahia

1.1.5. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

Relação de Matrícula de Comerciantes (1854-1896)

1.2 - Fontes Impressas

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil)

AVÉ- LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 1859*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1980.

BRASIL. Código Comercial do Império do Brasil (1886).

CASAL, Aires do. *Coreografia Basílica*. 1. ed. 1817. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 240.

Diário do Imperador Pedro II na sua visita a Sergipe, em janeiro de 1860. *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 21, n. 26b, 1965.

PIMENTA BUENO, Francisco Antônio. *Relatório sobre a preferência de traçados para a estrada de ferro na Província de Sergipe apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881.

SOUZA, Marcos Antônio de. “Memória sobre a Capitania de Sergipe. Sua fundação, população, produtores e melhoramento do que é capaz”. Ano de 1808. In: *Revista de Aracaju* n.º 1. Aracaju; Livraria Regina 1942.

SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe. *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 3, n. 6, p. 83-122, 1916.

2. Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo:Cortez, 1999.

ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte de bandeirante*. São Paulo: Martins, 1972.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. "Vida Privada e Ordem Privada no Império" In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11-93.

ALMEIDA, Márcio Rogers Melo de. *Aspectos relativos à propriedade escrava na Província de Sergipe:Zona da Mata-Sul (1850-1888)*. São Cristóvão, 2000. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Federal de Sergipe.

ALMEIDA, M. G. S. *Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976.

_____. *Nordeste Açucareiro: Desafios num processo de vir-a-ser capitalista*. Aracaju: UFS/ SEPLAN/ BANESE, 1993.

_____.*Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis:Vozes, 1984

_____. "Estrutura da produção de alimentos na Província de Sergipe (1855-1860)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 27, 1965/1978, p. 15-39, 1978.

AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

ANDRADE, Márcia Regina de. *Catálogo dos Jornais Estancianos 1832-2000*. Estância: Prefeitura Municipal de Estância, 2001.

ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. "Exploração colonial e capital mercantil." In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 217-223.

BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1969.

CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia*, 26(4):95-123, Rio de Janeiro, FGV, out/dez, 1972.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850–1888*. Tradução: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia–Miúda: Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

DAUMARD, A. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. Rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FALCON, Francisco J.C. “Comércio Colonial e Exclusivismo metropolitano: Questões Recentes”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História Econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 225-238.

_____. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed., Porto Alegre: Globo, 1979.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João R., FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – C. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRANCO, M. Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

FREIRE, Felisbelo. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe. Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAN, 1995.

_____. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H.Garnier Irmãos. 1896.

FREITAS, Itamar. *A escrita da História na “Casa de Sergipe”(1913/1999)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MACHADO DE ASSIS. “Anedota pecuniária”. In: *Histórias sem data*. São Paulo: Ática, 1998, p. 93. (Série Bom Livro).

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo.

_____. *Dinheiro de contado e crédito na Bahia do século XVIII*, p.3 (Artigo não publicado).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

_____. “A Opulência na Província da Bahia” In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 143-179.

MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Zélia M. Cardoso de. *Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. 2. ed. São Paulo: Hutitec, 1990.

MIGUEL, Antonieta. *Vida material e cotidiano: a Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX*. UFBA, 2000. (Dissertação de mestrado)

MILLS, Charles Wright. “Sociologia da Estratificação” In: *Poder e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 163-182.

_____. “Altas Rodas”. In: *A Elite do Poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 319-349.

MONTEIRO, Denise Mattos. “O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a atuação da Casa Boris Frères no Ceará.” In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/Edusp/ Imprensa Oficial, 2002, p. 197-233.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.

_____. “Subsídios à história do pequeno comércio do Brasil”. *Revista de História*. São Paulo, v. 53, nº 105, jan/mar. P.81-105, 1976.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

NOVAIS, Fernando. *A Estrutura e Dinâmica de Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ªed. São Paulo: Hucitec, 1995.

NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820 (1820-1831)* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

_____. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Sergipe Provincial I:1820-1840*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 2000.

OLIVEIRA, Ana Mª Carvalho dos Santos. *Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador: UNEB, 2002.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Economia e História em Franca século XIX*. Franca: UNESP/FMDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Ao lado do café: produção de exportação e de abastecimento em Franca - 1890-1920*. São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado em História Econômica apresentada na USP).

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

_____. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. “Problemas de vocábulo social”. In: *Os homens de negócio de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 615 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Economia Históricas) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

PINTO, Virgínio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 8ª ed. São Paulo: DIFEL, 1977, p.126-145.

PIRES, Júlio Manuel; COSTA, Iraci Del Nero. “O capital escravista mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação” In: *Estudos Avançados*. 14 (38), 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

RESENDE, José Mário dos Santos. *Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)*. São Cristóvão, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe.

RUSSEL-WOOD, A. J. L. *Fidalgos e Filantropos*. Brasília: Editora da UNB, 1981.

SANTOS, Marcelo. *Irmãos da Santa “Conveniência”*: a Ordem Terceira de São Francisco de Assis na cidade de São Cristóvão (1840-1870). São Cristóvão, 2001. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Patrícia Lima Moraes. *Permanência e transformações da riqueza em uma sociedade escravista: Maruim (1850-1888)*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS corpo, 1990.

SILVA, Clodomir de Souza e Silva. *Álbum de Sergipe (1534-1920)*. Aracaju. s.n, [1920].

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Negócios em família”. In: *História da Família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira., 1998, p.107-137.

SILVA FILHO, Thiago da. *Servindo a alma e ao corpo: a Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE – século XVIII-XIX*. São Cristóvão, 2000. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2 ed. revista. São Paulo:Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, p. 123-159.

SILVA, Sheyla Farias. *Riqueza em Movimento: A Construção de Fortunas na Estância Escravocrata (1850-1888)*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, Marcelo José de Lopes de. “O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.” In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; Corrêa, Roberto (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Claret, 2001, p. 56. (Coleção a Obra-prima de cada autor)

APÊNDICE A – NEGOCIANTES E FIRMAS BAIANAS QUE MANTIVERAM CONTATOS COM NEGOCIANTES ESTANCIANOS (1820-1888)

1- Negociantes

Antônio de Souza Galvão
Antônio José Silvano
Antônio Lourenço Gomes
Antônio Pereira de Magalhães
Antônio Serafim Silva Cravo
Cândido Augusto Pires Aguiar
Carlos Antônio Moreira Leal
Domingos Caetano da Silva
Domingos Soares Pereira
Ernest Pint
Francisco José Cardoso Guimarães
Francisco Mendes da Rocha
João Antônio Gomes da Costa
João Luiz Barreiros
Joaquim Dias Moreira
Joaquim Inácio Ribeiro dos Santos
José Antônio da Costa Guimarães
José da Cunha carvalho Bastos
José Francisco de Sousa
José Pereira Espinheira Júnior
José Ribeiro da Rocha
José Sabino de Carvalho
Manoel Pereira de Carvalho
Manuel de Azevedo Silva
Manuel de Sousa Campos
Manuel Inácio Pereira de Magalhães
Manuel José Araújo Braga
Manuel José Bastos
Marinhos Maruspenhia
Rodrigues de Moraes
Visconde de S. Clemente de Bastos

2- Firmas

Almeida & Antônio José de Souza Belino

Antônio Cardoso & Cia

Antônio Ferreira Pontes & Cia

Antônio Gomes dos Santos & Cia

Bastos & Cia Irmãos

Belino & Sobrinhos

Cartilina Filho & Sá

Correia & Pinto

José Ferreira Pontes & Cia

José Pereira & Maltiz

José Pereira Hiank Malles & Cia

Manuel José Lopes da Silva & Sobrinhos

Marinhos & Cia

Moreira Oliveira & Cia

Mota & Souza

Oliveira Cardoso & Cia

Pinto & Rodrigues

Ribeiro Silva & Cia

Rodrigues & Irmãos

Salvador de Azevedo Melo & Cia

Soares & Cunha

Teixeira Barros & Cia

Vitor Pinto & Castro

APÊNDICE B – MERCADORIAS ARROLADAS NOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* DOS NEGOCIANTES ESTANCIANOS (1820 - 1888)

1- Gêneros secos

1.1 – Tecidos e peças do vestuário

| | | |
|-----------------------------------|----------------------------|---|
| Algodão | Camisas de meias | Chapelins |
| Algodãozinho | Camisas para homem | Chapelins de palha fina |
| Algodãozinho americano | Camisetas | Chapelins de senhora |
| Algodãozinho em retalho | Capa de nobreza | Chapéus de palha |
| Aniagem | Casaquinho | Chapéus de castor |
| Alvaiade | Casimira | Chapéus de oleado para lacaio com defeito |
| Babadinho para vestido | Casimira de quadros | Chapéus de pêlo |
| Baeta | Casimira ordinária | Chapéus de sol de pano |
| Baetão | Cassa | Chapéus portugueses |
| Bretanha | Cassa achitadas | Chapéus pretos |
| Bretanha de França | Cassa de agulha | Chapéus brancos de Braga |
| Brim | Cassa francesa | Chapéus de baeta |
| Brim para calção | Cassa grossa | Chapéus de baeta para meninos |
| Cadarço | Castor de algodão | Chapéus de brancos para mineiros |
| Cadarços de seda | Castor de chita | Chapéus de palha carnaúba |
| Cadarços de cóis | Cetim | Chapéus de palhinha de cor |
| Cadarços estreitos | Chales | Chapéus de patentes |
| Cadarços pretos | Chales com franja | Chapéus de pêlo |
| Calças | Chales francês com franja | Chapéus de pêlo preto para senhoras |
| Calça de brim | Chales de algodão | Chapéus de sol de seda |
| Calças de brim branco | Chales de cassa | Chapéus para meninos |
| Calças de brim pardo | Chales de cassa bordados | Chapéus para noivos |
| Cambraia | Chales de chita | Chapéus para senhoras |
| Cambraia em retalhos | Chales de chita com franja | Chapéus pêlo preto |
| Cambraia fina | Chales de lã | Chapéus pretos |
| Camisa de estopinha para senhoras | Chales de mantequim | Chapéus para senhoras |
| Camisas de linho | Chales de metim | Gangas inglesas |

| | | |
|-----------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| Camisas de madraсто | Chales franceses | Gravatas |
| Chitas | Estopa | Gravatinhas |
| Chitas finas | Estopinha | Janga |
| Chitas em retalho | Esquião | Japonas de boiceta |
| Chitas em geral | Esquião branco de linho | Jaquetas de casimiras |
| Chitas francesas | Estampinha | Jaquetas de riscado |
| Chitas inglesas | Farda azul | Lã |
| Chitas portuguesas | Fitas | Lã de quadros |
| Chitas manteigueiras | Forrões | Lenços de chita |
| Ceroulas | Franhas de Bretanha | Lenços de morim |
| Ceroulas de linho | Fustão | Lenços de paninho |
| Coletes | Ganga | Lenços de seda |
| Coletes de seda | Gregula | Lenços de seda para gravata |
| Coletes de gorgorão | Guitarra | Lenços de tabaco |
| Cretone | Olanda | Lenços encarnados para tabaco |
| Lenços | Jaquetas de cetineta | Lenços para mãos |
| | | Lenços sortidos |
| Lenços de renda | Lenços de cassa | Lenços de linho |
| Lençóis | Neblutina | Lenços franceses |
| Leques | Novelos | Metim |
| Linha | Novelos de linha | Micagra de arca |
| Linha em novelos | Novelos de marcas | Mirel |
| Linha preta | Obreiras | Miudezas |
| Linha preta de peso | Palitós | Murim |
| Linhas de oeiros | Palitós de lã estragados | Murisco |
| Linhas roris | Pano da costa | Mutim |
| Linho | Pano de algodão | Rendas |
| Linho de marca | Pano de algodão da terra | Rendas inglesas |
| Luvás | Pano de libra | Rendas francesas |
| Luvás curtas | Pano de linho de Hamburgo | Rendas para calças |
| Luvás de algodão | Pano de rede | Requinte |
| Luvás de algodão para homem | Pano ferro | Retalhos |
| Madapolão | Panos de lã | Retros |
| Madraсто | Panos de mesa | Riscado |
| Madraсто fino | Patão | Riscado fino |
| Madraсто ordinário | Pele de marroquim | Sacos de aniagem |
| Mange | Peles de cabra | Sapiça |
| Mantas | Pelo de pelúcia | Saraja |

| | | |
|----------------------------|------------------------------|---------------------------------|
| Mantegueiras | Pelotilha | Seda |
| Mantequeiros | Platinha | Seda para coletes |
| Mantequim | Platinha de linho | Selim inglês |
| Mantos para cavalos | Princeta | Suspensórios |
| Marcolina | Meias de algodão | Suspensórios de rede de linha |
| Marroquim | Meias de algodão para homem | Toalha de mãos |
| Meias | Meias de algodão para mulher | Toalha de mesa |
| Meia de bota largo | Meias de seda | Toalhas de renda |
| Meia trincates | Meias de travessas | Toucas |
| Meias brancas | Meias finas de algodão | Toucas para meninas |
| Meias de cassa | Meias curtas | Meias para mulher |
| Sapatinhos | Sapatos com salto | Sapatos |
| Sapatos para senhoras | Sapatos de couro | Sapatos de tranças para meninos |
| vestidos de chita | vestidos de cassa | Sapatos para homens |
| vestidos de cassa bordados | vestidos de babado | vestidos chitados |

1.2 – Materiais escolares

| | |
|----------------------------|---------------------|
| Caixas de papel | Papel almaço |
| Canetas azuis de peso | Papel de embrulho |
| Canetas de coral | Papel de linho |
| Canetas de pau | Papel de marca vado |
| Canetas de peso | Papel de peso |
| Canetas douradas francesas | Papel holanda |
| Cartilhas | Papel linha d'água |
| Contas de pau | Papel pautado |
| Envelopes | Papel peso |
| Lápis | Penas |
| Lápis de lousa | Penas de escrever |
| Lápis de pau | Penas de lápis |
| Lápis preto | Resmas de papel |
| Livros da 1ª e 2ª leituras | Papéis de agulha |
| Papel | |

2- Gêneros molhados

| | | |
|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| Açúcar | Café | Mandioca |
| Açúcar branco | Canela | Manteiga |
| Açúcar mascavo | Canela em pau | Manteiga do reino |
| Agorovo do reino | Carne do sertão | Mel de abelha |
| Aguardente | Cebola | Milho |
| Aguardente de anis | Cerveja | Milho alpiste |
| Aguardente de cachaça | Chá | Molhados |
| Aguardente do reino | Chá de flor de sabugo | Mortadelas |
| Alfazemas | Chá pérola | Óleo de oliva falso |
| Alho | Chá preto | Pães de açúcar |
| Ameixas | Chá verde | Pimenta |
| Amêndoas | Cominho | Pimenta da costa |
| Azeite | Conhac | Pimenta do reino |
| Azeite doce | Cravo | Queijos |
| Azeitonas | Erva-doce | Queijo do reino |
| Bacalhau | Espumante | Sal inglês |
| Banha | Farinha de trigo | Vinagre |
| Bebidas | Farinha do reino | Vinagre Lisboa |
| Biscoitos | Genebra | Vinagre nacional |
| Bolachas | Laranjinha | Vinho |
| Breu | Leite | Vinho branco |
| Cachaça | Licor | Vinho do Porto |
| Vinho Vernosth | Vinho tinto | Vinho muscatel |

3 - Gêneros de consumo e utilidades para o lar

| | | |
|----------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| Aço | Barricas vazias | Caponaga |
| Aço em pedaço | Baús | Carrinhos |
| Adereços pretos | Boceta de papelão | Carros de linha |
| Agulhas | Bocetas de chifre | Carta de botões |
| Agulheiros | Bonecos de louça | Cartas de traques |
| Agulheiros de marfim | Bonés para bolsinho | Cascos vazios |
| Alças para baú | Botijas | Castores de ferro |
| Alfazemas | Botijas de barro vazias | Castores de latão |
| Alferes de ouro | Botijas vazias | Cera em velas |
| Alfinetes | Botões | Charutos |
| Alfinetes garfos | Botões de osso | Cravos de ferro |
| Algemas | Botões de osso para calça | Cruz pequena de ouro |
| Anéis | Botões de vidro para peito | Chicotes |
| Anzóis | Botões dourados | Chumbo |
| Aparelho de louça | Botões para peito | Chumbo de munição |
| Aparelho de louça para chá | Braço da balança | Chumbo em pasta |
| Aparelhos de louça pintados | Braço de balança | Cigarros |
| Arames de viola | Braço de balança com cochas de pau | Cintos |
| Argolas | Brincos | Cintos para calças |
| Argolas de ferro | Broxas de ferro | Cobre em folha |
| Argolas pretas | Broxas de sapateiros | Cofre de ferro |
| Armação de loja e balcão | Bules | Cola |
| Armações de cadeiras | Cabrestos | Colchetes |
| Armário | Cachimbo | Colheres |
| Arrobas de ferro | Sapatos | Colheres de chumbo |
| Bacias de ferro estanhado | Cadeados | Colheres de estanho |
| Bacias de lavar o rosto brancas | Cadeira de pau | Colheres de ferro |
| Bacias de lavar o rosto pintadas | Cadeiras de caixão | Colheres de ferro para pedreiro |
| Baixos de viola | Cadeiras de cobre | Colheres de metal |
| Balança | Cadernos | Colheres de platina |
| Balança braço e peso | Caixão para açúcar | Compassos pequenos |
| Balança com braço de ferro | Caixão para vestuário | Contas sortidas |
| Balança com caixão de latão | Caixas | Copos de vidro |
| Balança grande | Caixotes para açúcar | Copos de vidro branco |
| Balança pequena | Candeeiros de folha | Copos lisos |

| | | |
|-------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Bandejas | Caneca com tampa de louça pintada | Cordão |
| Bálsamo | Canivete | Cordas de viola |
| Baralhos de carta de jogar | Estojos com navalhas | Funil |
| Barras de ferro | Estopa da terra | Gaitas |
| Capa rosa | Estribas de ferro | Galão para o altar |
| Coroas de ouro | Estribeiras de latão | Galha |
| Correntes de pastilhas | Facas | Ganchos de caixa |
| Correntes para cavalo | Facas de pontas cortadas | Ganchos para cabelo |
| Correntes pretas | Facas flamengas | Garfos de cabo branco |
| Cosméticos | Facões | Garrafa de leri |
| Dedais | Fardas | Garrafão para azeite vazio |
| Dedais de latão | Fechadura de arca | Garrafas |
| Dedais para mulher | Fechadura para gaveta | Garrafas de vidro |
| Embira | Fechadura para porta | Garrafas vazias |
| Enxada | Fechaduras | Garrafões |
| Enxada de ferro | Fechaduras de caixa | Garrafões de vidro |
| Enxadas de chumbo | Ferragens | Garrafões vazios |
| Enxadas de ferro | Ferramentas | Gazeneira |
| Enxofre | Ferro | Genebra |
| Escopros | Ferro inglês | Giz |
| Escovas de cabelo | Ferro vergalhão | Goma arábica |
| Escovas de dente | Ferros de tranca | Goma laquê |
| Escovas para dentro | Ferros pedreiros | Gravatas |
| Escovas para fora | Figas | Graxa |
| Escovas para sapateiro | Fio | Graxa americana |
| Escovas para sapatos | Fitas | Graxas |
| Escovinhas de dente | Fivelas | Guarnições |
| Escumadeira de ferro | Fivelas de ferro | Lamparinas |
| Espelhos | Fivelas de latão | Lancetas |
| Fósforos | Fivelas para calças | Lata vazia |
| Fracos vazios | Flechas | Leques |
| Goma | Foguetes de ar | Linha novelos |
| Espelhos de gaveta grande | Folhas de lixa | Linhaça |
| Espelhos de gaveta pequeno | Fornão | Linhas de marcar |
| Espoletas | Forno de fazer cozer farinha | Linhas grossas de marcar e cobrir |
| Esporas de ferro | Fósforos | Louças |
| Esporas de latão | Frasquinhos de água de lavanda | Louças vidradas |
| Estacas de graúna | Frasquinhos de espírito e anis | Luvas |
| Esteiras para cangalha e sela | Fumo | Machado |

| | | |
|-------------------------------|----------------------------|--------------------------------------|
| Madeiras | Pentes travessa | Sacos para mulher |
| Mala vazia | Pesos de chumbo | Salitre |
| Mercúrio | Pias | Salva de cristal |
| Malas cobertas de couro | Pires | Sebo |
| Marcas polidas | Pires e xícaras | Sebo da Holanda |
| Martelo para sapateiro | Pólvora | Serrote |
| Martelos | Pólvora fina | Sopeiras pintadas |
| Medalhas | Pólvora inglesa | Tabatinga |
| Metria | Porcelanas | Tabatinga amarela |
| Miçangas | Potes | Tabuleta pequena |
| Molas | Pratos | Tacho |
| Mucos de sela | Pratos brancos | Tacho de ferro para tamancos |
| Navalhas | Pratos fundos (beira azul) | Talheres |
| Navalhas de barba | Pratos rasos | Talheres de cabo branco |
| Novelos de linha | Pratos rasos (beira azul) | Ticum |
| Óculos | Pratos vazios | Termo de medidas |
| Óculos de armação | Pregos | Tesoura de ofício muito fina |
| Óleo de alfazema | Pregos de guarnição | Tesoura grande |
| Pano de bicho da África | Quartinhas | Tesoura maior de ofício mais velha |
| Pau com ponche | Ração | Tesouras |
| Plainas de carpina | Ralos de folha | Tesouras pequenas |
| Palha de junco | Resina | Tigelas |
| Panelas | Retrós | Tigelas pintadas |
| Papel embrulho | Rodete de ralar mandioca | Tinta |
| Parnaíba | Rolo de fumo | Tomeiros |
| Pedra | Rosários de miçanga | Tranças de bico |
| Pedra de lousa | Sabão | Trincal |
| Pedra une | Sabão de papel | Urinóis |
| Pedras de amolar | Sabão inglês | Urinóis brancos |
| Pedras de fogo | Sabão líquido | Urinóis brancos e pintados sem tampa |
| Pedras de louça | Sabão mole | Urinóis de louça com tampa |
| Pedras pones | Sabão sólido | Urinol para menino |
| Pentes | Sabonetes | Utensílios do lar |
| Pentes de alisar | Sacos | Vassouras |
| Pentes de chifre para cabelos | Sacos de marroquim | Velas de carnaúba |
| Pentes de marfim | Sacos para homem | Velas de sebo |
| Pentes finos | Sacos para meninos | Verga de ferro |
| Verônica | Verrumas grandes | Verrumas pequenas |

| | | |
|------------------------|--------------------------|-------------------|
| Vidros | Vidros de tabela | Violas |
| Espingardas | Xícaras e pires pintados | Caixas de papelão |
| Xícaras | Água de flor | Água inglesa |
| Cordão dourado francês | Carnaúba | |